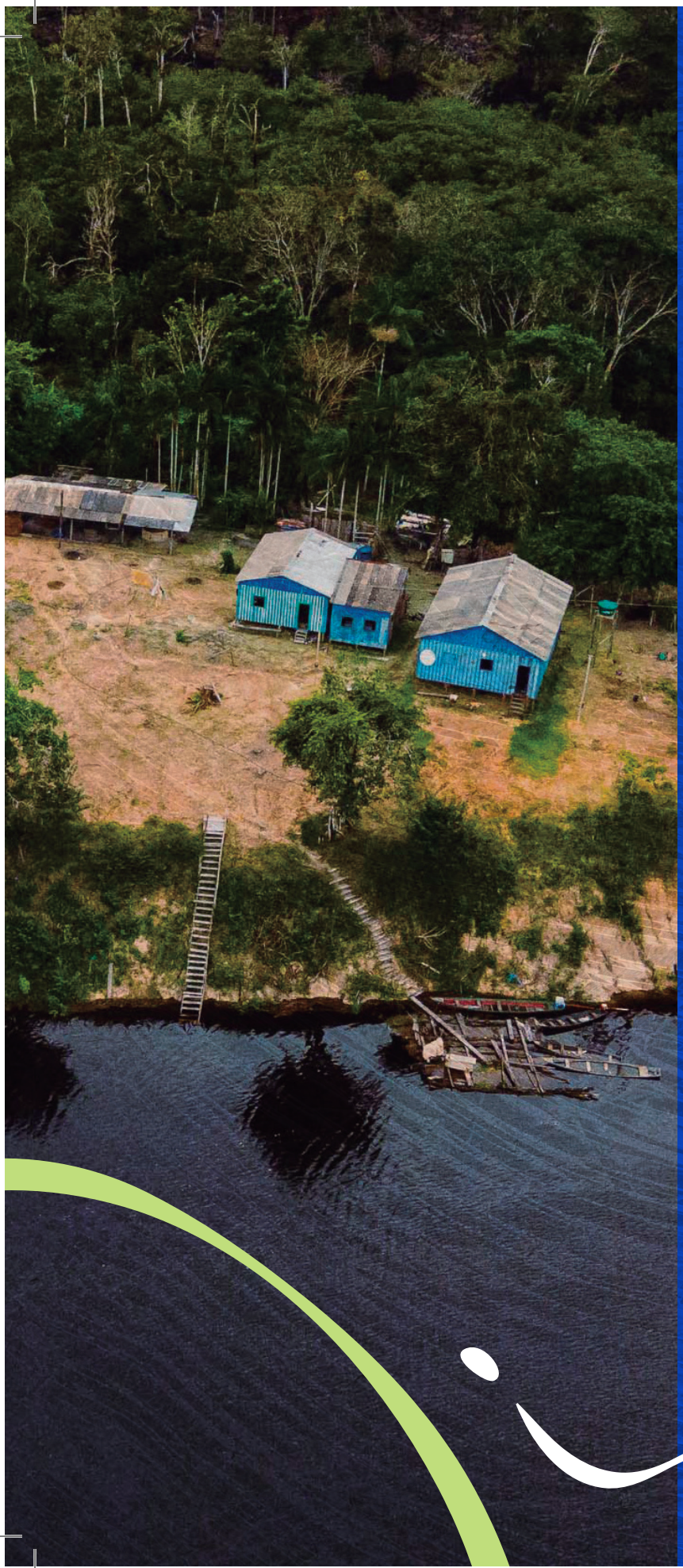
DOCUMENTO BASE

DO PLANO DE GESTÃO DO TUC DO RIO MANICORÉ



DOCUMENTO BASE

DO PLANO DE GESTÃO DO TUC DO RIO MANICORÉ

Manicoré – Amazonas 2025

CAARIM – Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré

EXPEDIENTE

AUTORIA

Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM)

REALIZAÇÃO

Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM)

Associação de Produtores Familiares Agroextrativistas da Comunidade Boa Fé (APFACBF)

Associação de Produtores Familiares Agroextrativistas da Comunidade Três Estrelas (APFATE)

Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Terra Preta (AMACTP)

Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Mocambo (AMACM)

Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Barro Alto (AMGROBAL)

Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Lago dos Remédios (AGROLAR)

Associação de Produtores Familiares Agroextrativistas da Comunidade Estirão (APROFACE)

Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Bom Fim

Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Esperança

Comunidades Paraíso, Parintintin, Parirá, Coroá/Veracruz, Maranhoto, São Pedro dos Cardosos e Maloca.

DIRETORIA EXECUTIVA DA CAARIM 2023-2025

Maria Cléia Delgado Campino - Presidente

Haroldo Paula de Oliveira - Vice-Presidente

Marilurdes Cunha da Silva - Primeira Secretária
Everton da Silva Lagos - Segundo Secretário
Lauro Castro Nascimento - Primeiro Tesoureiro
Maurecy Delgado da Silva - Segundo Tesoureiro
Aroldo da Silva - Presidente do Conselho Fiscal
Waldo Pereira Viana - Primeiro Conselheiro
Raimundo Nonato de Vaz Lagos - Segundo Conselheiro
Sebastiana Parente Batista - Primeira Suplente
Rosineida Cunha da Silva - Segunda Suplente
Lady Laura da S. Lopes - Terceira suplente

EQUIPE TÉCNICA DO GRUPO DE COLABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO TUC DO RIO MANICORÉ

CNS – Silvia Helena Moreira Batista.

FGVces – Wilde Itaborahy Ferreira; Kena Azevedo Chaves; Graziela Donário de Azevedo; Luana Kelly da Silva Bezerra; Adeilson Lopes da Silva.

Greenpeace Brasil – Romulo Batista.

IEB – Josinaldo Aleixo; Karina Nymara, Roberta Amaral de Andrade.

TNC Brasil – Khimberlly Ribeiro Sena; Olavo Tatsuo Makiyama.

Universidade Lancaster – James Angus Fraser; Selma Gomes; Luke Parry; Victoria Frausin.

WCS Brasil – Guillermo Estupinan.

PESQUISADORES LOCAIS DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO E CALENDÁRIO AGROECOLÓGICO

Adiel da Silva dos Santos - Mocambo
Diogo da Silva Pimenta - Mocambo
Eloiza Delgado Mota - Boa Fé

Jailson de Sá dos Reis – Curuá
Janderley da Silva Lagos - Bom Fim
Joaquina Paula de Oliveira - Lago dos Remédios
Joorany da Silva Prestes – Curuá
Juliana Batista Oliveira - Terra Preta
Larissa Girão da Silva - Estirão
Laurinete Delgado Nascimento – Boa Fé
Maicon Batista Rodrigues - Terra Preta
Maria José Cardoso Miranda – São Pedro dos Cardoso
Maurecy Delgado da Silva - Mocambo
Mauricélia Delgado Campino - Mocambo
Natália Cardoso do Espírito Santo - São Pedro dos Cardosos
Raquel Sales Delgado - Boa Fé
Ricardo Marinho da Silva - Lagos dos Remédios
Thaísa Lagos da Silva - Bom Fim

EDITORAÇÃO

Wilde Itaborahy

REVISÃO

Allex Jordan Oliveira Mendonça
Maria Cléia Delgado Campino
Maurecy Delgado da Silva
Kena Azevedo Chaves
Khimberlly Ribeiro Sena
Wilde Itaborahy Ferreira
Josinaldo Aleixo
Selma Gomes
Adeilson Lopes da Silva

COLABORAÇÃO

Daniel Soares
Daniel Viegas

Karina Nymara Ribeiro
Lucilene Amaral
Maria Cléia Delgado Campino
Marilurdes Cunha da Silva
Silvia Helena Moreira Batista

FOTOS

Guilherme Horta de S. Lima/FGVces
Thiago S. Araújo/Acervo IEB

DESENHOS

Diogo da Silva Pimenta
Jaú Ribeiro Vieira
Laurinete Delgado Nascimento
Maurecy Delgado da Silva
Mauricélia Delgado Campino
Raquel Sales Delgado

MAPAS

Daniel Soares

PROJETO GRÁFICO

Mandalla Comunicação & Design

DIREÇÃO DE ARTE

Sâmila Braga

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Thalia Silva

FINANCIAMENTO

Gordon and Betty Moore Foundation
Lancaster University

SUMÁRIO

10 INTRODUÇÃO

13 A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO TERRITÓRIO DE USO COMUM DO AMAZONAS

18 HISTÓRICO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO TUC

19 DEPOIMENTO – MARIA CLEIA DELGADO CAMPINO

24 DEPOIMENTO – MARILURDES CUNHA DA SILVA

26 DEPOIMENTO – SILVIA HELENA MOREIRA BATISTA, DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS (CNS)

28 CDRU

30 PRINCIPAIS DÚVIDAS DAS COMUNIDADES

37 VISÃO DE FUTURO:

40 GOVERNANÇA

41 COMO AS COMUNIDADES TOMAM DECISÕES SOBRE O TUC

42 CONSELHO DE AUTOGESTÃO

43 A CAARIM AS ASSOCIAÇÕES E COMUNIDADES DO RIO MANICORÉ

44 PROTOCOLO DE CONSULTA DO TUC E TERRA INDÍGENA RIO MANICORÉ

46 REGRAS DE CONVIVÊNCIA ENTRE COMUNIDADES, MORADORES E VISITANTES DO TUC DO RIO MANICORÉ

50 O RIO MANICORÉ: GENTE E NATUREZA

51 RESUMO DO DIAGNÓSTICO BIOLÓGICO

70 RESUMO DO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

84 NOSSO CALENDÁRIO

104 ACORDO DE PESCA

108 PROGRAMAS E PROJETOS QUE QUEREMOS

120 LISTA DE ANEXOS DO PLANO DE GESTÃO DO TUC DO RIO MANICORÉ

INTRODUÇÃO

Este documento tem como objetivo orientar as ações de gestão e governança do Território de Uso Comum do Rio Manicoré – TUC-RM. Por hora, consideramos esta versão aprovada em **junho de 2025**, como um "documento base" para subsidiar estratégias de gestão. A este se anexam mapas, diagnósticos, acordos, e protocolos construídos coletivamente, com envolvimento das comunidades locais - de forma participativa - e sob liderança da CAARIM, gestora legal do TUC.

Por ser, certamente, um dos primeiros planos para um território autogerido por comunidades tradicionais sob a forma de um Território de Uso Comum, este documento traz consigo uma importante carga de aprendizados e desafios. Os Planos de Gestão tradicionalmente elaborados para Unidades de Conservação de Uso Sustentável nos fornecem um bom ponto de partida, mas não são suficientes para abarcar a realidade da autogestão de territórios como este. Por isso, a CAARIM, apoiada por parceiros, optou por priorizar ações e projetos básicos para a estruturação do território. Ideias objetivas, sugeridas e pactuadas

coletivamente, foram transformadas em programas e projetos que apoiam a gestão e o bem-viver no rio Manicoré. Regras de convivência entre comunidades, moradores, pesquisadores e visitantes do TUC foram discutidas e pactuadas para auxiliar na redução de conflitos e no uso mais sustentável dos recursos naturais.

O documento base para a gestão do TUC do Rio Manicoré reúne ainda histórias, depoimentos e documentos relevantes sobre essa forma inovadora de destinação fundiária estabelecida por meio de uma Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) coletivo, dada pela primeira vez a uma associação de comunidades locais. Diagnósticos, protocolos e acordos já consolidados foram reproduzidos aqui de forma resumida para conhecimento geral e devem ser considerados em sua versão integral, anexa a este documento.

Baseada na experiência da própria CAARIM e das lideranças comunitárias, apoiadas tecnicamente por organizações parceiras, também estão sendo estabelecidas estruturas de governança e autogestão do território. Contudo, os conteúdos apresentados neste plano que foram pactuados coletivamente e aprovados em assembleia, só podem ser revistos em assembleia. Novos estudos, acordos, protocolos e quaisquer materiais que auxiliem a gestão, produzidos de forma participativa, e aprovados pela estrutura de governança do TUC, podem ser acrescentados a este documento.

A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO TERRITÓRIO DE USO COMUM DO AMAZONAS

DEPOIMENTO – DANIEL VIEGAS, PROCURADOR DO ESTADO DO AMAZONAS.

Como Procurador do Estado com atuação especializada na área ambiental, tive a oportunidade de acompanhar de perto o processo de criação do Território de Uso Comum de Manicoré e colaborar com a luta histórica da Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM), a quem serei extremamente grato pelo aprendizado.

Mais do que a regularização desse território, esse processo representa um marco institucional, jurídico e político na consolidação de instrumentos inovadores de proteção territorial de povos e comunidades tradicionais no Estado do Amazonas, servindo também como modelo para o Governo Federal na Câmara de Destinação de Terras Públicas (Decreto federal nº 11.688/2023).

A grande beleza desse processo é que ele foi construído por muitas mãos. A ideia de "territórios de uso comum" é fruto de um longo processo de pesquisa científica realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida em diversas universidades públicas brasileiras.

É no material científico do PNCSA que se encontra o substrato teórico consolidado na percepção de que a identidade coletiva, produto de uma autodefinição, representa a expressão do modo pelo qual os grupos se organizam e se relacionam, segundo critérios de reciprocidade positiva, mobilizando-se dinamicamente ao constituírem uma unidade social em processo de transformação, na construção cotidiana de uma territorialidade específica.

Essa perspectiva nos conduz a reflexões que nos obrigaram a rever as ferramentas disponíveis no ordenamento jurídico estatal que se tornam obsoletas ante a dinâmica social. Identificamos a insuficiência das modalidades tradicionais de regularização fundiária para atender à realidade de grupos que utilizam o território de forma coletiva, compartilhada e não excludente.

Por isso, a Procuradoria Geral do Estado — por meio da atuação estratégica da Procuradoria Especializada de Meio Ambiente — propôs o acréscimo do parágrafo único ao art. 39 da Lei nº 3.804/2012 (Lei de Terras do Estado do Amazonas), culminando na edição da Lei nº 5.536/2021:

> "Art. 39.
>
> Parágrafo único. A Concessão de Direito Real de Uso poderá ser realizada na modalidade coletiva e com prazo indeterminado quando se destinar à regularização fundiária coletiva de povos e comunidades tradicionais em terras de domínio público estadual."

Essa norma permitiu o uso da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) coletiva e com prazo indeterminado, voltada à regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais em terras públicas estaduais, mesmo fora de unidades de conservação.

No entanto, a inovação normativa precisava ser acompanhada de um arcabouço regulatório que garantisse segurança jurídica, aplicabilidade e efetividade ao novo instrumento. Em diálogo com organizações como a COIAB, CNS, CPT e IEB, foi construído o Decreto nº 50.941/2024, que regulamentou esse novo modelo de concessão fundiária. O decreto positivou novas categorias, como:

> "II – USO COMUM: utilização comunitária, cumulando usos individuais e coletivos de recursos naturais, voltada para o extrativismo de base comunitária, a agricultura familiar rural, a pesca comercial e esportiva, a pesca de subsistência comunitária para o consumo familiar, o turismo de base comunitária, cultural e ecológico, de maneira permanente ou temporária, em bem público estadual, pelos membros de diversas ou de uma única coletividade, sem consentimento estatal específico para esse fim;
>
> III – TERRITÓRIO DE USO COMUM: espaços territoriais especialmente protegidos, concedidos pelo Estado do Amazonas a povos indígenas e comunidades tradicionais, considerando a sustentabilidade social e ambiental, cujo uso pode ser coletivo ou familiar, e cuja amplitude conceitual indica um patrimônio essencial à reprodução física e cultural do grupo, composto por bens materiais e imateriais, escolhidos, dentre outros motivos, por serem ancestrais, por situarem a identidade social comunitária ou por serem indicados como relevantes às escolhas de vida em cooperação, incluindo terras, terrenos fluviais, lagos, rios, igarapés, igapós, entre outros."

Além disso, estabeleceu-se uma conexão com o debate ambiental mundial ao reconhecer que, para efeito de cooperação internacional, os Territórios de Uso Comum podem ser considerados Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais – TICCA, ou como Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Área – OMECs.

A importância dessa construção está no fato de que ela foi concebida não apenas para atender a uma demanda fundiária específica, mas como um modelo estruturante de governança territorial. O TUC se insere como uma alternativa de proteção — uma camada jurídica protetiva com potencial para reduzir conflitos fundiários, conter o avanço da grilagem, coibir o desmatamento e impedir a entrada de atividades ilegais, como o garimpo, enquanto pavimenta o caminho institucional para a criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a titulação de um território quilombola ou a homologação de terras indígenas.

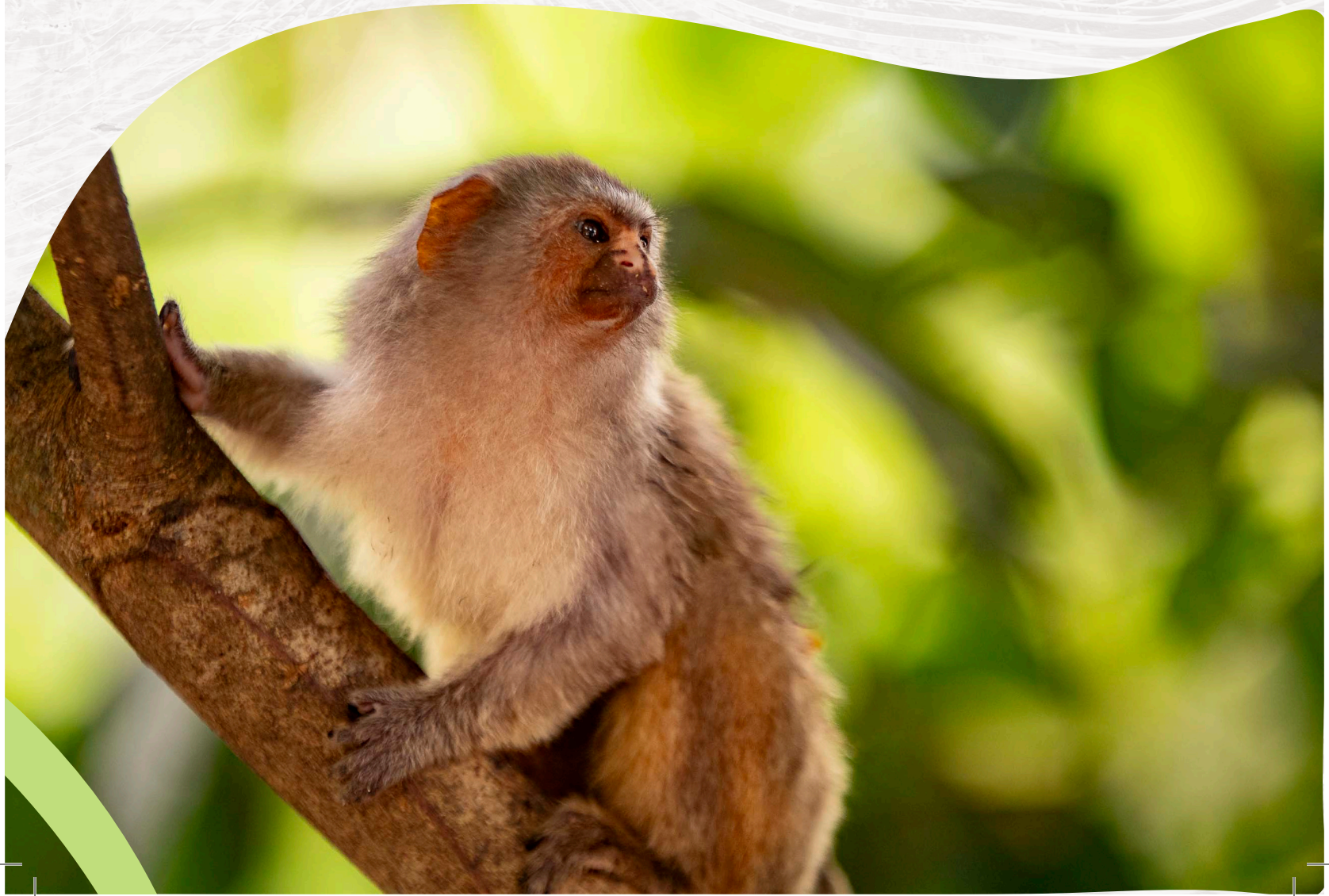
Como tenho afirmado desde o início do processo, o TUC não se apresenta como uma solução definitiva, mas sim como um mecanismo jurídico de estabilização fundiária com cidadania territorial, preservando o direito ao território como espaço de vida, cultura, produção e reprodução social.

A experiência do TUC de Manicoré demonstra a potência transformadora da mobilização das comunidades amazônidas quando exercida de forma estratégica, sensível ao território e orientada por princípios de justiça ambiental e social.

É também a prova de que o Estado pode inovar juridicamente, respeitando e dialogando com os saberes tradicionais, para garantir proteção efetiva aos bens comuns e aos direitos coletivos dos povos da floresta.

Daniel Viegas

Maio de 2025



HISTÓRICO DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO TUC

DEPOIMENTO – MARIA CLEIA DELGADO CAMPINO, PRESIDENTA DA CAARIM, DURANTE A OFICINA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO, EM BARRO ALTO, EM 12/04/2025.

A CAARIM foi fundada em 2006, tem 19 anos. Estamos bem maduros na liderança da CAARIM, foram várias vezes que nós já passamos nas comunidades ao longo do Rio Manicoré, subindo e descendo. Eu era do movimento e já tinha uma preocupação com o Rio Manicoré.

Eu já tinha a minha associação no Mocambo, quando encontrei a Marilurdes e o Norberto no barco. Ela disse assim para mim, “vamos fazer um movimento social aqui no Rio Manicoré?” Eu respondi, vamos. Na época, nós não sabíamos de quem pertencia o Rio Manicoré, se do Estado ou da União, se era de responsabilidade do INCRA ou do ITEAM (Instituto de Terras do Amazonas).

A gente convidou todas as comunidades, e na época, todo mundo pensava no coletivo, lembro que as nossas reuniões eram de 300 a 400 pessoas. Fizemos uma reunião na minha comunidade e fundamos a CAARIM. Eu lembro as comunidades que estavam lá: Lago dos Remédios, Boa Fé, Terra Preta, Mocambo. E naquela reunião, deu assim uma base de 250 pessoas. A gente formou a chapa da CAARIM, Marilurdes era mais conhecida na parte de baixo do rio e eu era mais na parte de cima.

Naquele momento, eu sentia que não estava preparada para ser presidente da CAARIM e a gente foi para votação. Quando olhei na lousa, pensei se eu votar em mim, eu vou empatar com Marilurdes, aí votei nela. E ela me chamou para ser vice-presidenta porque eu fui a segunda mais votada. E assim, a gente formou essa liderança do Rio Manicoré.

Como Presidenta, Marilurdes tomou a frente e naquele momento mandou um ofício para o INCRA. O representante do INCRA veio ao Rio Manicoré e informou que as terras do Rio Manicoré pertenciam ao Estado. A gente já morava há longo tempo, essas terras eram dos nossos avós, mas a terra era do Estado. Aí a gente recuou, Marilurdes fez outro ofício e mandou para o ITEAM, que logo veio ao Rio Manicoré.

Surgiu na época a ideia que o Rio Manicoré poderia ser uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). A gente fez uma reunião grande aqui no Barro Alto e pedimos a RDS para o Rio Manicoré. Alguns políticos quando viram a gente avançando, tomando espaço, conhecendo, buscando e que a gente quer governar o nosso território nós mesmos, eles começaram a colocar o povo contra a CAARIM. Aí recorremos ao Ministério Público, porque na época foram 400 assinaturas para pedir a RDS.

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) nos colocou em contato com o Ministério Público Federal (MPF). A CAARIM trouxe pela primeira vez o MPF em Manicoré, na comunidade do Barro

Alto, para consultar as comunidades sobre a criação da RDS do Rio Manicoré. E aí teve o pedido da audiência pública, duas vezes, e os nossos queridos políticos foram lá cancelar. A gente foi lá e deu entrada de novo. Ocorreu a audiência pública, mas não saiu nenhum resultado. Mas sim, ameaças muito fortes e a gente ficava preso dentro das nossas casas.

Em 2018, durante a campanha eleitoral, eu pude entrar em quase todas as casas do Rio Manicoré. Quando voltei dessa campanha, eu disse, agora é o tempo de nós retomarmos o Rio Manicoré, porque as terras do Rio Manicoré estão sempre invadidas.

Aí o que a gente fez? Mudamos a diretoria da CAARIM, na época era o professor Lauro, que também foi muito ameaçado. Em 2021, a gente elegeu a nova diretoria da CAARIM e fomos ver como estava o nosso pedido em Manaus. Logo quando assumi a Presidência da CAARIM, nós fizemos a primeira expedição nas cachoeiras, onde levamos jornalistas e uma série de pessoas. Conhecemos o Josinaldo do IEB, que convidou a gente para ir na RDS Amapá.

O IEB, junto com a FGV, conseguiu 13 mil reais para irmos à SETEC em Manaus. Aí eu pulei de alegria, porque quando a gente não tem recursos, chega alguém diferente e ajuda a gente avançar. Também fomos à SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) e o Dr. Fernando e o Dr. Daniel Viegas esperavam a gente. Quando a gente sentou naquela mesa, foi um desespero total, porque o Secretário falou que tinha sido cancelado o pedido da reserva do Rio Manicoré. Eu não chorei, porque não choro muito fácil. Todos que estavam ali se desesperaram, porque ali a gente sabia que a gente estava entregando o Rio Manicoré nas mãos dos grileiros, que os madeireiros fariam o que quisessem e que a gente não ia poder mais ter o domínio do território da gente.

E do meu lado estava o Doutor Daniel Viegas e o Doutor Fernando Merloto estava na mesa, que falaram sobre o CDRU. Eu conhecia um pouco sobre o que era o CDRU, porque a minha filha morava no assentamento e falava que o CDRU era bom, que dava o direito à terra. O Dr Daniel disse para a gente protocolar o pedido na SECT. Fomos para a SECT protocolar o documento com representantes do CNS, do IEB e da FGV, que acompanharam a CAARIM.

Foi aí que começou a sair o pedido do CDRU. Muitas vezes as pessoas perguntam, o que é CDRU? O que é TUC? Dizem "eu quero meu CDRU", "eu quero meu TUC". O documento é o CDRU coletivo e o TUC é a sigla de território de uso comum.

O CDRU foi assinado dia 15 de março de 2022 e em 17 de março, o CDRU coletivo foi entregue pelo Governador do Amazonas, em um evento muito lindo, que estavam o IEB, o CNS, a FGV, outros estavam lá também, aquele evento ele ficou marcado na história de quem presenciou.

No cartório, a gente teve um problema para registrar o CDRU, o rapaz do cartório olhou para mim e disse "esse documento aqui não vale nada". Eu falei se vale ou se não vale, você tem que falar com o governador porque foi ele que assinou.

Depois de um tempo votei no cartório, me disseram que ainda não estava averbado e que o custo era de quinze mil reais. Peguei o documento e falei que não vamos pagar nenhum centavo, porque a lei diz que não é para pagar. Eu fiz um ofício e antes de mandar para a PGE (Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas), mandei o papel do cartório para o Dr. Daniel Viegas, em Brasília. Quando ele viu, pulou. Foi preciso que a PGE ligasse para o cartório de Manicoré para a averbação sair.

Eu, enquanto Presidenta da CAARIM, já fui muito ameaçada. A gente tem uma central de associações no Rio Manicoré, o território é das comunidades e estamos garantindo o território das comunidades do Rio Manicoré hoje e para as futuras gerações.

Em 2025, nós passamos em todas as comunidades para a realização do levantamento socioeconômico, realizamos nove oficinas para conscientizar o povo sobre o que é o Território de Uso Comum (TUC) e que a população tem que governar o seu território. Queremos ser vistos e respeitados no Rio Manicoré pelos governos federal, estadual e municipal. Hoje temos o documento do território que é de todas comunidades. O TUC é uma forma de proteger o território do Rio Manicoré.

DEPOIMENTO – MARILURDES CUNHA DA SILVA, EX-PRESIDENTA DA CAARIM, DA COMUNIDADE LAGO DOS REMÉDIOS, EM 27/05/2025.

Minha luta começou pelo reconhecimento das comunidades do Rio Manicoré, em 2006, naquela época já tinham sinais de invasores, de pessoas que entravam para fazer plaqueamento na região das cachoeiras, fazer picadões. Naquele momento, quando a gente detectou essas invasões, começou a nossa luta para a proteção do Rio Manicoré.

Nós lutamos pela RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável). Lutamos muito para que fosse decretada a RDS, para a gente ter o Rio Manicoré e as comunidades protegidas. Mas nunca aconteceu. Tivemos muitos altos e baixos, muitas lutas mesmo, conflitos, ameaças, mas a gente não conseguiu. Nós não conseguimos porque também o poder público foi contra o nosso projeto, não tivemos nenhum sucesso com autoridades do nosso município, prefeito e vereadores. O governo do Estado também era contra e a própria Secretaria de Meio Ambiente não tinha nenhum interesse em criar a RDS no Rio Manicoré. Então, a luta começou a partir da gente ver essas invasões no Rio Manicoré, estragava muito peixe, tinha muita caça ilegal, além da pesca na região das cachoeiras, que afetava as comunidades que vivem na parte baixa do rio. Então, nós lutamos para que essas comunidades não ficassem sem as terras, mas também tivesse a proteção dos animais silvestres e dos peixes, essa foi a luta.

Enquanto presidenta, eu senti muita dificuldade pelo fato de não ter parceiros, não ter projetos e de ser mulher numa posição de grande liderança. Naquele tempo, o prefeito não aceitava uma mulher numa grande liderança e que, além de ser mulher, lutava pela criação da RDS do Rio Manicoré. Como tínhamos essa dificuldade no nosso município, a gente ia reivindicar em Manaus. Então, a gente avançou, mas não avançou muito.

A gente conseguiu fazer uma articulação para a construção de um acordo de pesca, porém não foi concluído. A gente não tinha projetos para apoiar nosso trabalho. Tivemos muitos desafios quando eu estava a frente da CAARIM, fui a primeira presidenta da CAARIM e foi uma experiência boa que eu tive.

A mensagem que eu deixo para as futuras gerações das nossas comunidades do Rio Manicoré é que nunca desistam dos seus sonhos, que nunca desistam do nosso Rio Manicoré. O nosso Rio Manicoré é a nossa vida, é de lá que nós tiramos o nosso sustento, é de lá que a gente tem as nossas alegrias e nossas culturas. Lutar por uma causa é muito bom, é muito importante. Talvez você mesmo não colha o fruto, mas outras pessoas vão colher. O legado fica, sempre tem uma luta para que a gente possa viver um desafio e uma vitória. Essa mensagem que eu deixo para todas as comunidades do Rio Manicoré: não desistam, desistir nunca! Vamos continuar a luta unida, pensando no bem-estar e sempre trabalhando na coletividade.

O lema da nossa associação CAARIM é: Floresta conservada é vida continuada!

DEPOIMENTO – SILVIA HELENA MOREIRA BATISTA, DO CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS (CNS), DA COMUNIDADE TRÊS ESTRELAS, EM 28/05/2025

Tudo iniciou com a busca de saber de quem era a terra, do estado ou da união, pensou-se num projeto de assentamento, depois que descobrimos que era área do estado, começamos a luta para criar uma unidade de conservação. Nesse período, eu já fazia parte da diretoria do CNS, onde era o ponto de apoio de todas as associações e cooperativas. Todos os documentos eram feitos no CNS, pelo fato das pessoas terem pouco acesso a um computador, a uma impressora e principalmente à internet. Então me envolvi completamente com essa luta.

Um momento que foi muito bom, mas desafiador, foi quando comecei a me destacar como liderança no CNS e consequentemente no Rio Manicoré, pelo fato de ser vista como uma menina pobre, com pouca possibilidade de ser diferente daquela realidade, que era casa e cuidar de filho e da roça. Teve a visita de um ministro no município onde eu estava participando diretamente do evento, inclusive fiz a leitura de uma carta para o mesmo. Foi um momento maravilhoso, mas eu tive que suportar as agressões, inclusive do presidente da câmara do município, que chegou a me chamar de prostituta, porque ele não acreditava e nem aceitava que eu estava numa mesa ao lado de um ministro e falando, enquanto ele foi proibido de falar, pelo fato de ter ameaçado de fazer uma fala prejudicial ao evento. Tenho que lidar com isso sempre, já sofri inclusive agressão verbal em eventos públicos e já cheguei a quase sofrer agressão física, mas isso não me faz desistir.

O meu recado para as presentes e futuras gerações das comunidades do Rio Manicoré, principalmente para as mulheres é: não desista, você não é a única a sofrer com o machismo, às vezes a gente chora, mas tem que lavar o rosto, enxugar e se juntar a outras para fortalecer a luta, ninguém vence sozinha.

Linha do tempo: os marcos centrais no processo de composição do Documento Base do Plano de Gestão do TUC do rio Manicoré.

Formalização da demanda de criação da RDS Rio Manicoré – 2008.

Assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) criando o TUC do rio Manicoré – março/2022.

Diagnóstico biológico do território – junho/2022.

Elaboração do Protocolo de Consulta do TUC do rio Manicoré e Terra Indígena do Rio Manicoré – abril/2022 a abril/2024.

1ª Oficina do Plano de Gestão com lideranças na comunidade de Boa Fé - setembro/2024.

Diagnóstico Socioeconômico - novembro/2024 a março/2025.

Oficinas do Plano de Gestão nas Comunidades - fevereiro/2025.

Pesquisa Participativa de Elaboração do Calendário Anual - fevereiro-abril/2025.

Oficina de Planejamento Participativo (OPP) na comunidade do Barro Alto - abril/2025.

Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do Documento Base do Plano de Gestão do TUC do Rio Manicoré – junho/2025.

Elaboração do Acordo de Pesca do rio Manicoré - fevereiro/2024 a agosto/2025.

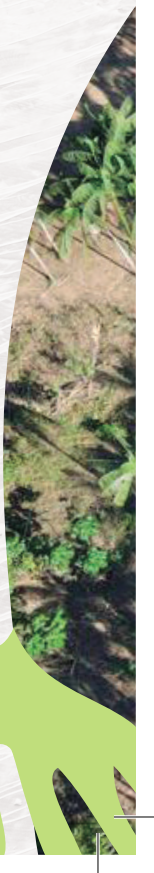
CDRU

A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é um instrumento jurídico utilizado pelo poder público para transferir a uma pessoa física ou uma organização o direito de usar um bem público, por um tempo determinado ou indeterminado, como é o caso da CDRU coletiva do TUC Rio Manicoré.

Em 15 de março de 2022, o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Cidades e Territórios (SECT), e a CAARIM assinaram o Termo da CDRU coletiva e gratuita do TUC Rio Manicoré, com uma área de 389.932,6 hectares. O CDRU confere às comunidades do TUC Rio Manicoré o direito de posse e uso exclusivo desse território.

A CDRU coletiva tem como finalidades a garantia da segurança fundiária às famílias beneficiárias no rio Manicoré; a conservação da biodiversidade; a realização de atividades produtivas e extrativistas de maneira sustentável, a execução do Plano de Gestão do Território; serve como instrumento de comprovação do exercício da atividade rural, acesso a crédito e para fins previdenciários, entre outras.

Governo e CAARIM têm obrigações estabelecidas na CDRU. Entre as responsabilidades do Governo do Estado estão: a entrega do território às comunidades; garantir o uso pacífico do território; consultar o Conselho do TUC Rio Manicoré; realizar o censo familiar junto às comunidades do TUC; entre outras.



A CAARIM, as associações, e as comunidades locais também tem uma série de obrigações estabelecidas no Termo da CDRU coletiva, entre as quais destacam-se: criar um conselho gestor; elaborar, executar e monitorar o Plano de Gestão do TUC; apoiar a atualização do cadastro das famílias beneficiárias; não edificar construções que venham a descaracterizar o território, sem prévia autorização do Governo do Estado; não fazer uso de espécies localmente ameaçadas de extinção; não vender terras dentro do TUC; entre outras.

PRINCIPAIS DÚVIDAS DAS COMUNIDADES

QUAL A DIFERENÇA ENTRE CDRU E TUC?

A **CDRU** (Concessão de Direito Real de Uso) é um instrumento jurídico, ou seja é o nome do documento que reconhece e concede o direito de uso de uma área pública por uma família ou comunidade. Já o **TUC é o tipo de território reconhecido por esta CDRU**, voltada especificamente para um conjunto de comunidades tradicionais, com foco na coletividade, nos modos de vida local, e na proteção dos usos tradicionais.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE TUC E RESERVAS?

O TUC (Território de Uso Comum) é uma área concedida pelo Estado a um grupo de famílias ou comunidades, através do CDRU, que reconhece o **direito de uso das famílias que já moram e cuidam da área**. Dessa forma se garante que elas possam continuar suas atividades tradicionais e outras atividades sustentáveis como o turismo. Os TUCs podem ser geridos pelas próprias comunidades. Já as Reservas (como Reservas Extrativistas ou de Desenvolvimento Sustentável) são Unidades de Conservação com regras específicas definidas por lei, voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais e geridas pelo Estado com apoio de um conselho deliberativo.

O TUC pode virar uma reserva posteriormente se esse for o desejo dos moradores, mas o CDRU não transforma o território em uma reserva automaticamente. O TUC tem objetivo inicial de proteger o uso e ocupação dos habitantes tradicionais e evitar a grilagem e a expulsão de moradores.

MINHA FAMÍLIA VAI PODER PESCAR, CAÇAR, FAZER ROÇA?

Sim. O TUC é feito justamente para garantir que as famílias que já moram e trabalham na área **possam continuar suas práticas tradicionais** — como pesca, roça, caça de subsistência, coleta, criação de pequenos animais, entre outras — de forma sustentável.

O TUC VEIO PARA PREJUDICAR, NÃO DEIXAR FAZER O QUE AS FAMÍLIAS SEMPRE FIZERAM?

Não. O objetivo do TUC é justamente o contrário: **reconhecer e proteger o modo de vida das famílias tradicionais**, garantindo segurança para continuar vivendo do jeito que sempre viveram, com seus costumes, saberes e atividades produtivas.

E QUEM DIZ QUE TEM O DOCUMENTO DA TERRA, COMO FICA?

O TUC é dado a partir de uma **Concessão de Direito Real de Uso Coletivo**, e não um título de propriedade individual. Se alguém diz que tem "documento da terra", isso precisa ser verificado pelos órgãos responsáveis. Todos os direitos serão respeitados. O TUC ajuda a **evitar que terceiros tentem tomar a terra ou expulsar os moradores**, especialmente quando não têm direito legítimo.

POSSO COMPRAR O TERRENO DE UM VIZINHO NA MINHA COMUNIDADE?

Não. O TUC é **coletivo e não permite venda de terrenos** dentro da área. A terra continua sendo pública e o uso é direito das famílias da comunidade. A troca ou entrada de novas famílias pode acontecer, **mas precisa do consentimento da comunidade** e seguir regras acordadas. Você pode comprar uma casa, uma benfeitoria, mas o uso da terra deve seguir os costumes e acordos internos da comunidade.

OS MORADORES QUE SAÍRAM DA COMUNIDADE E QUEREM VOLTAR, TÊM ESSE DIREITO?

Em geral, **sim**, desde que haja acordo com a comunidade. Cada comunidade pode definir **critérios para o retorno de famílias que saíram**, respeitando os princípios do uso e as regras acordadas em Assembleia.

QUAIS SÃO OS LIMITES DO TUC?

Os limites do TUC são definidos em um **mapa**, que está anexo a este plano. As descrições oficiais exatas podem ser lidas no documento do CDRU.

O TUC VAI PROIBIR ALGUMAS ATIVIDADES COMO OS SERRALHEIROS E PEIXEIROS?

Depende da atividade. O TUC visa garantir o uso sustentável e bem-viver coletivo. **Atividades que degradam o meio ambiente, exploram recursos de forma predatória ou que sejam comerciais em larga escala devem ser discutidas** com as comunidades, com os órgãos responsáveis e, se for o caso, seguir consulta conforme o protocolo anexo. Mas **atividades produtivas tradicionais e sustentáveis são permitidas** e incentivadas.

VISÃO DE FUTURO:

O QUE QUEREMOS DESSE TERRITÓRIO DAQUI A DEZ ANOS

O texto a seguir foi construído com base nos desejos e sonhos registrados por centenas de famílias representadas nas reuniões comunitárias e consolidado na Oficina de Planejamento Participativo – OPP do Barro Alto, no dia 12 de abril de 2025. Neste plano, esses sonhos se transformam em objetivos. A partir deles, foram discutidos programas e projetos prioritários, formas de organização coletiva, procedimentos e acordos.

“Queremos um território preservado, com o desmatamento controlado e o reflorestamento de tudo o que já perdemos. Desejamos que a fartura de peixe continue existindo, com a população consciente e cuidando das coisas que são de todos.

Esperamos ter água tratada e de boa qualidade disponível em todas as comunidades, e ruas sem lama, pavimentadas com dignidade. Que haja saúde garantida com postos de saúde nas comunidades e acesso pleno à educação.

Queremos escolas de qualidade, com horta, floresta viva, tecnologia e boa estrutura, próximas das famílias, faculdades no campo, para que os jovens estudem perto de casa e permaneçam no território.

Sonhamos com juventudes conscientes, que valorizem o meio ambiente, saibam cuidar da pesca, da caça e de todas as nossas atividades tradicionais. Que as pessoas estejam produzindo com autonomia, livres do sistema político que oprime.

Defendemos o escoamento garantido da produção e mercado justo para o que produzimos, com associações fortes e organizadas. Lutamos por união, coragem e um povo sem medo de defender seus direitos.

Por fim, queremos a reintegração de posse das partes do território que nos foram tiradas. E, acima de tudo, uma vida melhor para todo mundo, com igualdade, justiça e respeito entre todas e todos.”

GOVERNANÇA

COMO AS COMUNIDADES TOMAM DECISÕES SOBRE O TUC

O Decreto nº 50.941/2024, do Governo do Estado do Amazonas, que estabelece os procedimentos para regularização fundiária, por meio da expedição de Concessões de Direito Real de Uso Coletivas para formação de territórios de uso comum, traz em seu Art. 1o os conceitos relacionados aos modelos de governança que podem ser adotados nos TUC do Estado do Amazonas. São eles:

> *CO-GESTÃO: processo de gestão em que o Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, atua como gestor junto às instituições comunitárias locais, com autoridade legítima na governança e gestão dos recursos naturais em áreas protegidas;*
>
> *AUTOGESTÃO: processo de gestão territorial, exercido por instituições comunitárias locais, em que ocorrem processos concretos de gestão de recursos comuns pela via da elaboração de regras necessárias para garantir o respeito dos envolvidos em relação ao uso desses bens;*

Foi com base nesta legislação que, durante a OPP do Barro Alto, foram discutidas as vantagens e desvantagens da Autogestão e Cogestão, sendo recomendado, por consenso, a adoção do modelo de Autogestão para o TUC-RM. Essa recomendação da OPP foi levada ao debate e votação da Assembleia Geral dedicada ao Plano de Gestão, em junho/2025, a qual decidiu por unanimidade, 43 votos, pela autogestão, com zero voto para cogestão. Sendo assim, o primeiro TUC a ser estabelecido no Brasil torna-se também o experimento pioneiro nesta modalidade de destinação fundiária a ser autogerido pelas comunidades beneficiárias.

CONSELHO DE AUTOGESTÃO

A Gestão do TUC é feita pela CAARIM com apoio de um conselho gestor.

A Assembleia Geral do Plano de Gestão também deliberou pela formação do Conselho de Autogestão do TUC do Rio Manicoré formado por duas representações de cada uma das 16 comunidades do TUC do Rio Manicoré, sendo uma titular e uma suplente. Nas comunidades onde há associação comunitária, a presidência da associação será automaticamente reconhecida para a vaga neste conselho, devendo indicar sua suplência. Nas comunidades onde não há associação comunitária a comunidade deverá se reunir e indicar suas duas representações para ocupar a vaga. A frequência mínima de reuniões do Conselho de Autogestão será trimestral, podendo ocorrer reuniões virtuais e reuniões convocadas de forma emergencial sempre que necessário. A CAARIM será responsável pela coordenação deste Conselho.

Outras estruturas de governança, como grupos temáticos e um comitê de especialistas, podem ser criadas para apoiar a Caarim no processo de tomada de decisão.

A CAARIM AS ASSOCIAÇÕES E COMUNIDADES DO RIO MANICORÉ

No instante da elaboração deste documento a Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM) é reconhecida como associação comunitária "mãe" das associações do TUC do Rio Manicoré, sendo elas:

- Associação de Produtores Familiares Agroextrativistas da Comunidade Boa Fé (APFACBF).
- Associação de Produtores Familiares Agroextrativistas da Comunidade Três Estrelas (APFATE).
- Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Terra Preta (AMACTP).
- Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Mocambo (AMACM).
- Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Barro Alto (AMGROBAL).
- Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Lago dos Remédios (AGROLAR).
- Associação de Produtores Familiares Agroextrativistas da Comunidade Estirão (APROFACE).
- Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Bom Fim.
- Associação de Moradores Agroextrativistas da Comunidade Esperança.

As comunidades com famílias beneficiárias do TUC do Rio Manicoré são:

- Barro Alto
- Boa Fé
- Bom Fim
- Coroá/Veracruz
- Esperança
- Estirão
- Lago dos Remédios
- Maloca (indígena Mura)
- Maranhoto
- Mocambo
- Paraíso
- Parintintin
- Parirá (indígena Munduruku)
- São Pedro dos Cardosos
- Terra Preta
- Três Estrelas

Além dessas comunidades listadas, vários sítios com famílias beneficiárias também estão distribuídos ao longo de todo o do TUC do Rio Manicoré. A CAARIM é responsável por produzir e atualizar, sempre que possível e necessário, essa lista e enviá-la à SECT-AM.

PROTOCOLO DE CONSULTA DO TUC DO RIO MANICORÉ E TERRA INDÍGENA RIO MANICORÉ

O protocolo de Consulta do Território de Uso Comum (TUC) do Rio Manicoré e Terra indígena Rio Manicoré foi elaborado ao longo dos anos de 2023 e 2024, por meio de um processo participativo que envolveu as comunidades e associações locais e foi desenvolvido sob o comando da CAARIM, com apoio técnico do IEB e financiamento da Fundação Moore. O protocolo visa fortalecer as comunidades tradicionais e povos indígenas do Rio Manicoré na gestão e na defesa de seu território de uso comum.

Os povos e comunidades tradicionais têm o direito de serem consultados, de forma livre, prévia e informada antes que qualquer empreendimento, obras de infraestrutura, projeto de lei ou medidas administrativas municipais, estaduais e federais, venham a impactar dentro ou no entorno dos seus territórios.

A organização interessada em realizar o empreendimento ou projeto deve arcar com os custos da consulta e o processo deve seguir os passos estabelecidos no protocolo do TUC do Rio Manicoré e Terra indígena Rio Manicoré:

- Envio da proposta oficializada por escrito para a CAARIM.
- Reunião de caráter informativo da Diretoria da CAARIM.
- Reunião entre a CAARIM e as lideranças das associações comunitárias e das aldeias para apresentar as informações disponíveis e definir a data, o local e o horário para acontecer a Assembleia Geral.
- Reunião informativa entre a CAARIM, as associações, as comunidades e aldeias do Rio Manicoré e o empreendedor para exposição da proposta. O empreendedor deve entregar, com no mínimo 30 dias de antecedência da reunião, todas as informações relevantes, especialmente as que se referem a impactos sociais e ambientais que o território pode sofrer, além da projeção de custo do empreendimento e do lucro anual.
- Reuniões informativas entre a CAARIM, as associações, as comunidades e aldeias do Rio Manicoré e as organizações parceiras para debater os prós e contras da proposta e ter uma melhor orientação para a tomada de decisão, sem a pressão do empreendedor ou proponente do projeto. Participam destas reuniões no mínimo 5 representantes por comunidade e aldeia.

- Reuniões internas nas comunidades. As lideranças de cada associação levam a proposta às suas comunidades, onde ocorrem rodadas de reuniões para a tomada de decisão por comunidade.
- Assembleia Geral para tomada de decisão sobre o projeto ou empreendimento.
- Reunião entre a CAARIM, as associações, as comunidades e aldeias do Rio Manicoré e representantes do empreendimento ou proponentes do projeto. Nessa etapa é apresentado o resultado do processo de consulta das comunidades e aldeias ao governo ou empresa interessada, podendo este ser favorável, parcialmente favorável (com condições) ou desfavorável.

A versão completa do protocolo de consulta encontra-se em anexo a este plano, no link: **https://iieb.org.br/biblioteca/protocolo-de-consulta-do-territorio-de-uso-comum-tuc-do-rio-manicore-e-terra-indigena-rio-manicore/** ou em publicação impressa distribuída pela CAARIM.

REGRAS DE CONVIVÊNCIA ENTRE COMUNIDADES, MORADORES E VISITANTES DO TUC DO RIO MANICORÉ

Este conjunto de regras gerais foi elaborado de forma participativa a partir da escuta realizada em 09 oficinas comunitárias que reuniram 218 pessoas (111 mulheres e 107 homens) de 12 comunidades entre fevereiro e março de 2025. Após isso, as regras foram discutidas e validadas por 40 lideranças reunidas na OPP de Barro Alto e, finalmente, aprovadas por aclamação pela Assembleia Geral convocada pela CAARIM, que aprovou o Documento Base do Plano de Gestão do TUC do Rio Manicoré em junho de 2025. As regras gerais aqui contidas não substituem regras específicas estabelecidas em cada comunidade do rio Manicoré.

O objetivo é evitar conflitos desnecessários e garantir o convívio harmonioso, a qualidade de vida e o cuidado com os espaços e práticas importantes para o bem-estar das comunidades.

Essas regras poderão ser revisadas, podendo ser suprimidas ou criadas novas regras durante o processo de autogestão do TUC-RM. O descumprimento às mesmas poderá ser comunicado através de qualquer meio à CAARIM ou ao Conselho de Autogestão do TUC-RM, para que medidas visando a solução dos conflitos gerados sejam tomadas de forma coordenada com os diferentes envolvidos.

Regras a serem obedecidas por moradores, comunidades e visitantes do TUC do Rio Manicoré:

- Os moradores devem respeitar as áreas de uso de cada comunidade e de cada família, como suas capoeiras, áreas de coleta de uso familiar e áreas de pesca.
- As comunidades devem preservar o meio ambiente ao seu redor, respeitando a legislação ambiental existente (municipal, estadual, federal) e os acordos de uso do TUC-RM (Acordo de Pesca).
- Não haverá comércio de terrenos no rio Manicoré. Serão aceitas apenas negociações tradicionais internas, devidamente documentadas, envolvendo repasse de áreas de uso e benfeitorias entre os próprios moradores.
- Ficam proibidos os desmatamentos e queimadas para atividades produtivas diretamente nas margens (mata ciliar) de rios, igarapés e lagos.
- A abertura de novos roçados em mata virgem fica limitada em 3 ha para cada família por ano, ou conforme legislação vigente.
- As famílias devem evitar o desperdício de alimentos, promovendo a colheita e o uso de recursos de acordo com suas necessidades.

- O “Protocolo de Consulta do TUC do rio Manicoré e Terra Indígena do rio Manicoré” deve ser respeitado.
- A prática de caça só é permitida para o consumo local, e não comercial, respeitando os territórios das comunidades.
- As famílias devem evitar o desmatamento em frente da sua casa no limite de 30 metros, exceto se determinada espécie de árvore estiver ameaçando a vida e a segurança dos moradores.
- Embarcações ficam proibidas de jogar lixo no rio e devem exibir placas indicando essa proibição.
- Está proibido o descarte de resíduos sólidos (lixo) em qualquer lugar, sendo permitido apenas em locais adequados que serão definidos por cada comunidade.
- Cada comunidade/família deverá estabelecer local e maneiras adequadas para coletar e dispor seu resíduo sólido (lixo).
- É recomendado o uso de materiais reutilizáveis evitando o uso de objetos descartáveis (ex.: copos, pratos e talheres de plástico) nas reuniões realizadas no rio Manicoré.
- A venda de bebidas alcoólicas está liberada em dias de eventos socioculturais e religiosos, mas em dias normais essa venda será proibida a partir das 21 horas. Comunidades que não estiverem de acordo com essa regra geral poderão criar sua própria regra e comunicá-la à CAARIM.
- Com exceção dos dias de festas nas comunidades, o som alto deve parar até 22h.
- A entrada de pessoas de fora (visitantes desconhecidos) necessita de comunicação e autorização prévia da comunidade que será visitada.

- A mudança de pessoas desconhecidas para qualquer comunidade do rio Manicoré só poderá ser feita depois de prévia comunicação e autorização da comunidade que receberá o novo morador(ra).
- Pessoas de fora que tragam problemas para as comunidades serão convidadas ou obrigadas a se retirar.
- Os moradores devem conhecer e respeitar os direitos dos idosos, das mulheres, dos adolescentes e das crianças.
- Os moradores devem respeitar horários de uso de quadras esportivas e campos de futebol, tanto para homens quanto para mulheres (masculino e feminino).
- Toda a diversidade cultural e religiosa das comunidades e famílias do rio Manicoré deve ser respeitada.
- As atividades sociais, econômicas, religiosas, culturais e de pesquisa realizadas no rio Manicoré devem reconhecer e valorizar a biodiversidade e a cultura local.

O RIO MANICORÉ: GENTE E NATUREZA

RESUMO DO DIAGNÓSTICO BIOLÓGICO

Em junho de 2022, em apoio à ciência e à luta de comunidades do Rio Manicoré que vivem às margens do rio e lutam por sua existência e pela preservação da floresta e de seu território, foi realizada a expedição fluvial "A Amazônia Que Precisamos". Essa foi a primeira expedição científica promovida pela CAARIM e Greenpeace Brasil após a pandemia de covid-19, reunindo 30 cientistas vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), à Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e à Universidade Federal de Roraima (UFRR), para entender o que existe de biodiversidade nesta região. Acompanhados de diversas lideranças e guias locais do rio Manicoré, os cientistas puderam, durante 20 dias

consecutivos, estudar e registrar através de diferentes métodos, uma grande parte das plantas, dos fungos, dos mamíferos, dos répteis, dos anfíbios, das aves e dos peixes presentes no TUC-RM. Com os resultados do levantamento está sendo produzido o **"Guia de Espécie do Rio Manicoré"**, que será publicado futuramente, quando passará a compor um importante anexo componente deste Plano de Gestão.

O QUE FOI ESTUDADO NA EXPEDIÇÃO

Levantamento biológico em 20 dias - Durante a expedição, foram registradas 527 espécies de vertebrados (incluindo aves, peixes, répteis, anfíbios e mamíferos), 76 fungos e 275 plantas. O trabalho foi feito por uma equipe multidisciplinar de biólogos e técnicos em parceria com os moradores do TUC do rio Manicoré.

MÉTODOS USADOS PELOS PESQUISADORES

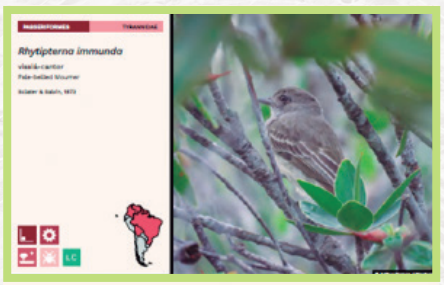
Técnicas de campo na Amazônia - Para observar e registrar as espécies, os cientistas usaram redes de neblina, armadilhas fotográficas, gravações de sons, coletas em campo, observações visuais e entrevistas com os moradores. Tudo foi feito respeitando a floresta e suas comunidades.

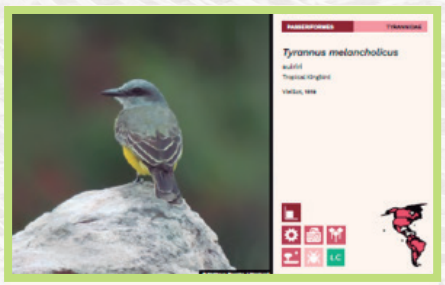
IMPORTÂNCIA DA BIODIVERSIDADE LOCAL

Mais do que números - cada animal, planta e fungo registrado tem um papel na floresta. Eles ajudam a manter o solo fértil, purificar a água, polinizar flores e alimentar outros seres vivos. Além disso, constituem a base da sobrevivência e da economia das famílias que vivem do rio Manicoré. Proteger a biodiversidade é proteger o futuro das pessoas e do planeta.

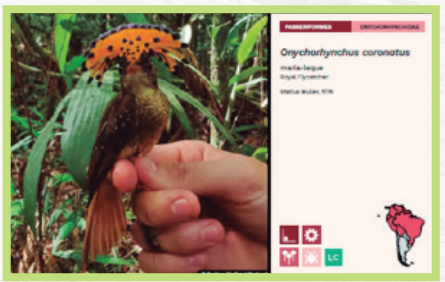
GRUPO: AVES

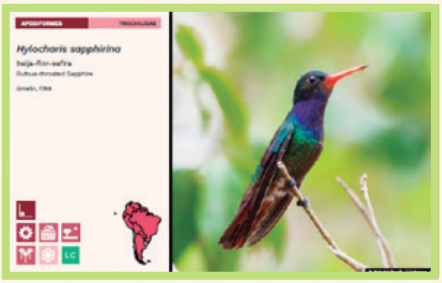
As aves são animais com sangue quente, capazes de manter sua temperatura corporal sozinhas. Muitas têm asas, penas e ossos leves que facilitam o voo. Por serem rápidas e ariscas, os pesquisadores usaram redes finas, câmeras, sons e binóculos para registrar as espécies durante a expedição. Foram encontradas 281 espécies no Rio Manicoré, e esse número pode ser ainda maior. Entre elas, há espécies migratórias e outras recentemente descritas pela ciência. Exemplos incluem a ariramba-grande, o tucano-de-peito-amarelo, o uirapuruzinho e o poaieiro de chico mendes.





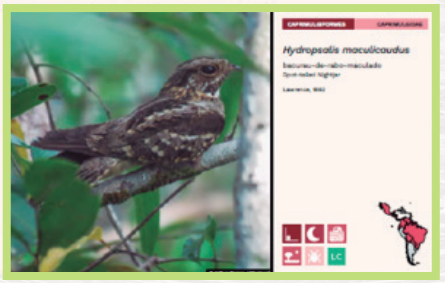
PASSERIFORMES
DENDROCOLAPTIDAE
Xiphorhynchus guttatoides
LC

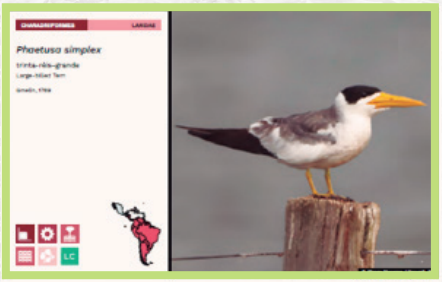

PASSERIFORMES
ONYCHORHYNCHIDAE
Onychorhynchus coronatus
LC

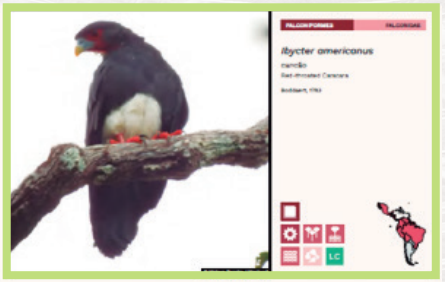

APODIFORMES
TROCHILIDAE
Hylocharis sapphirina
LC

APODIFORMES
TROCHILIDAE
Thalurania furcata
LC

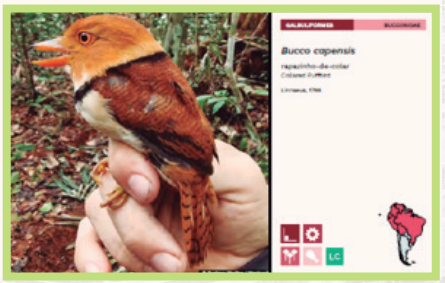
APODIFORMES
TROCHILIDAE
Phaethornis philippii
LC

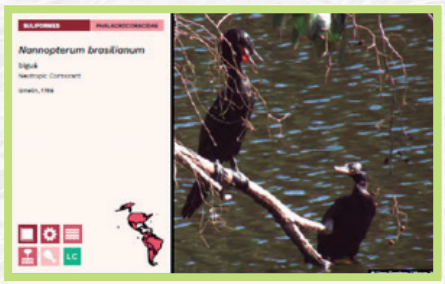

CAPRIMULGIFORMES
CAPRIMULGIDAE
Hydropsalis maculicaudus
LC

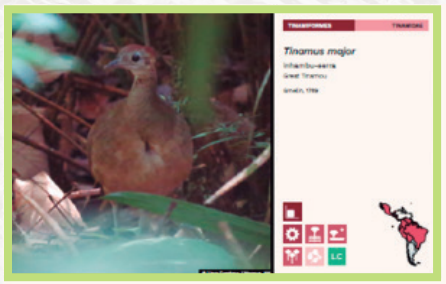

CHARADRIIFORMES
LARIDAE
Phaetusa simplex
LC


FALCONIFORMES
FALCONIDAE
Ibycter americanus
LC

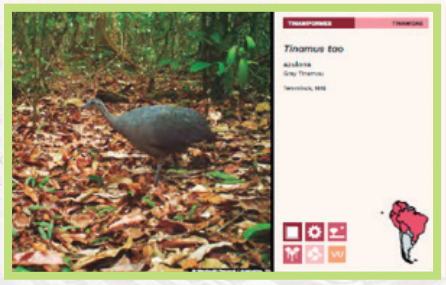
EURYPYGIFORMES
EURYPYGIDAE
Eurypyga helias
LC


GALBULIFORMES
BUCCONIDAE
Bucco capensis
LC


Nannopterum brasilianum
LC

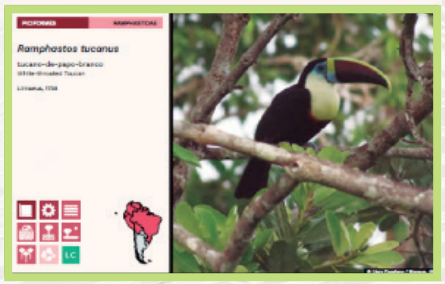

Tinamus major
LC

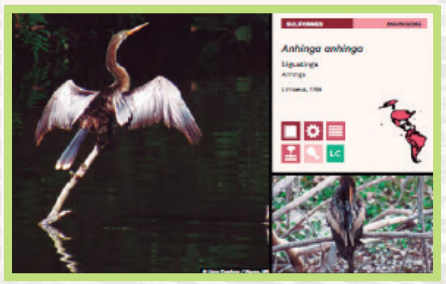
Strix virgata
LC


Tinamus tao
VU

Butorides striata
LC

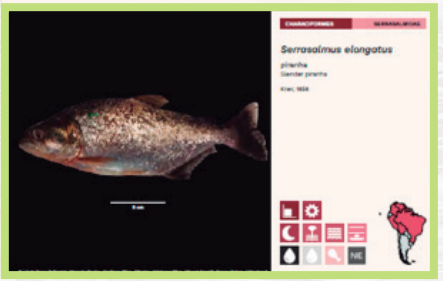
Amazona farinosa
LC


Ramphastos tucanus
LC


Anhinga anhinga
LC

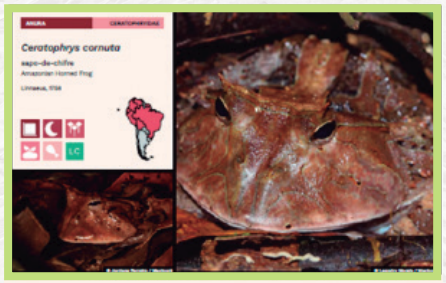
GRUPO: PEIXES

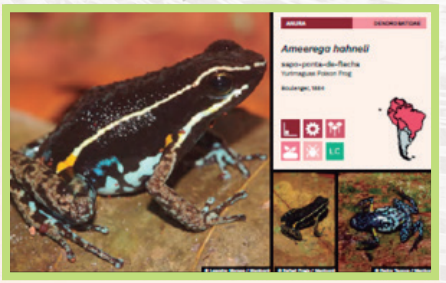
Os peixes vivem em ambientes aquáticos e são animais de sangue frio, dependendo da temperatura da água. Na expedição, os cientistas usaram redes, arrastos e peneiras para coletar espécies em diferentes tipos de rios e igarapés. Foram identificadas 140 espécies, incluindo várias novas para a ciência e muitas de interesse comercial e alimentar, como o jaraqui, o pacu e o tucunaré.

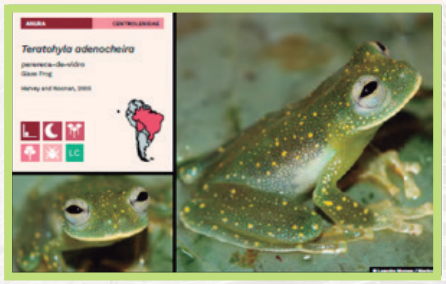


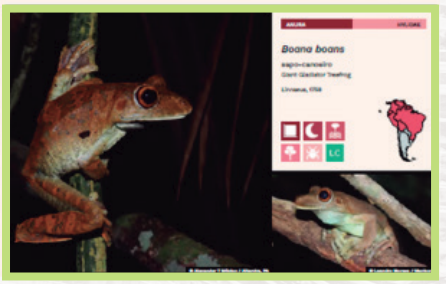
GRUPO: ANFÍBIOS

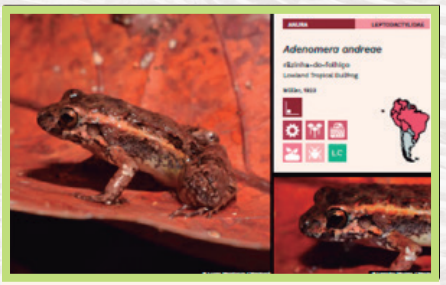
Os anfíbios, como sapos e rãs, respiram pela pele e pelos pulmões e precisam de ambientes úmidos para viver. Eles têm uma fase aquática e outra terrestre. Durante a expedição, foram usados baldes enterrados e buscas noturnas para encontrar esses animais. Foram registradas 40 espécies de anfíbios, com pelo menos cinco que podem ser novas para a ciência. Muitos só aparecem na estação chuvosa, o que torna o número encontrado ainda mais significativo. Esses animais ajudam no controle de insetos e indicam a qualidade da água.







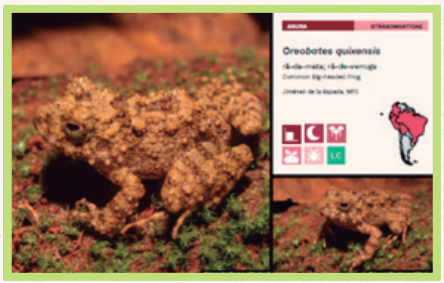




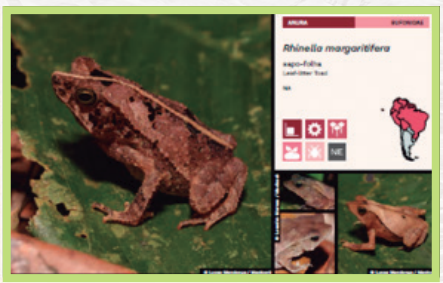
Leptodactylus rhodomystax
rã-de-capote
LC

Chiasmocleis avilapiresae
rãzinha-da-mata
LC

Leptodactylus pentadactylus
rã-pimenta
LC


Oreobates quixensis
rã-da-mata; rã-de-verruga
LC

Allobates femoralis
rã-do-folhiço
LC

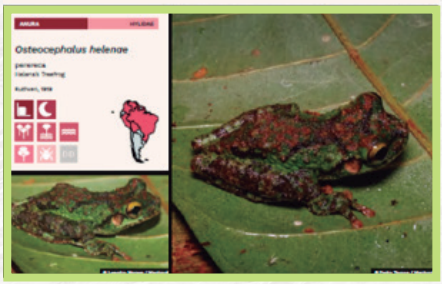

Rhinella margaritifera
sapo-folha
NE

Amazophrynella vote
sapinho-amazônico
NE

Rhinella marina
sapo-cururu
LC

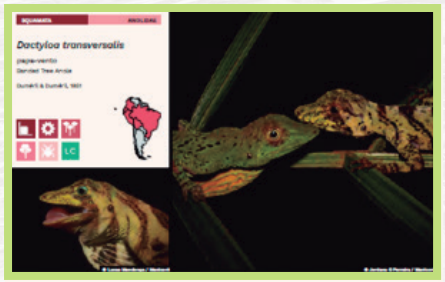
Boana cinerascens
perereca
LC

Osteocephalus taurinus
perereca
LC



GRUPO: RÉPTEIS

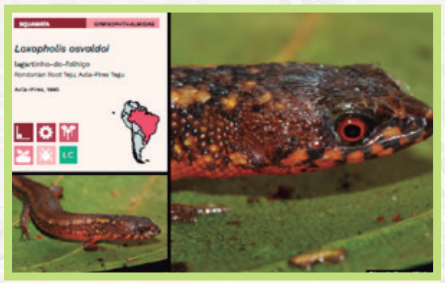
Os répteis têm pele seca coberta por escamas e também são animais de sangue frio. São mais fáceis de ver durante o dia, quando tomam sol para se aquecer. No Rio Manicoré, foram encontradas 34 espécies: 18 lagartos, 14 cobras e dois jacarés. Algumas dessas espécies podem ser recém-identificadas, como o calango-cobra que pode representar uma nova espécie para a região. Eles são importantes predadores naturais e fazem parte do equilíbrio ecológico da floresta.


Dactyloa transversalis
LC

Cercosaura anordosquama
ME

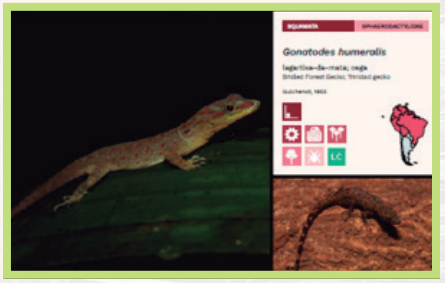
Norops fuscoauratus
LC

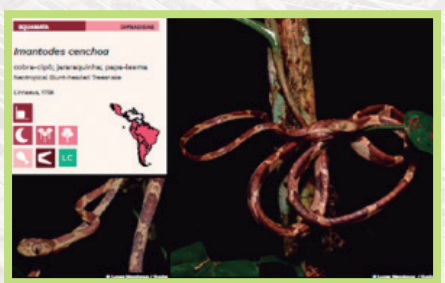
Iphisa cf. elegans
LC

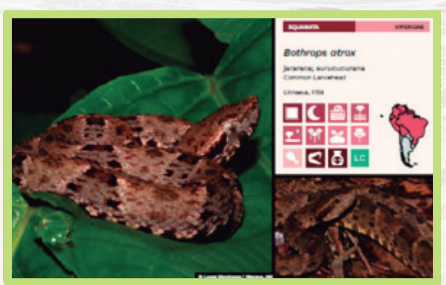

Laxopholis osvaldoi
LC

Chatogekko amazonicus
LC

Thecadactylus solimoensis
LC

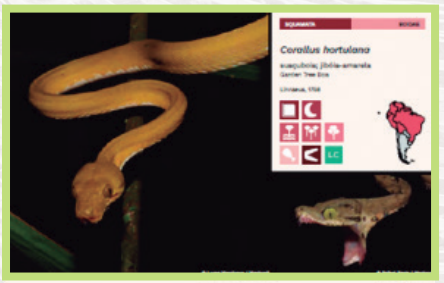

Gonatodes humeralis
LC


Imantodes cenchoa
LC


Bothrops atrox
LC

CROCODYLIA
ALLIGATORIDAE
Paleosuchus trigonatus
jacaré-coroa
Schneider's Smooth-fronted Caiman
Schneider, 1801
LC

Ameiva ameiva
LC

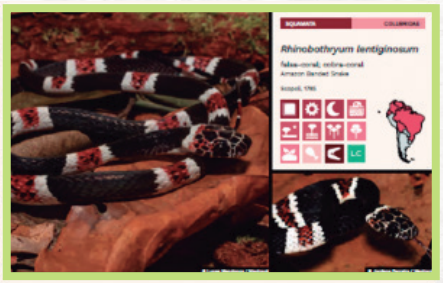

Corallus hortulana
LC

Kentropyx pelviceps
LC

Eunectes murinus
LC

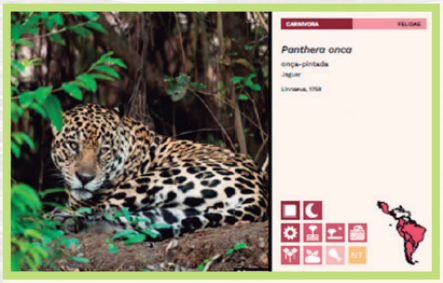
Siphlophis compressus
LC

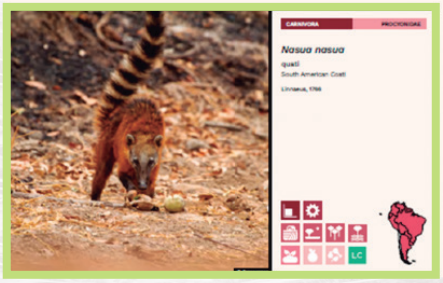
Caiman crocodilus
LC



GRUPO: MAMÍFEROS

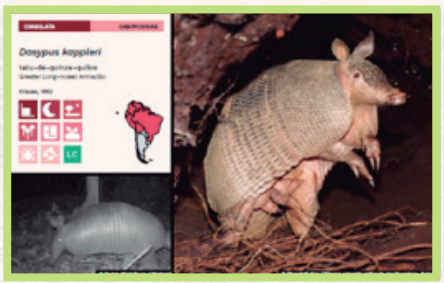
Mamíferos são animais com sangue quente, pelo no corpo e que alimentam seus filhotes com leite. Eles costumam ser noturnos, solitários e difíceis de ver. Durante a expedição, os pesquisadores usaram armadilhas fotográficas para registrar esses animais. Foram encontradas 32 espécies, incluindo a cutia, muitos tipos de macacos e a rara onça-pintada, símbolo da floresta.





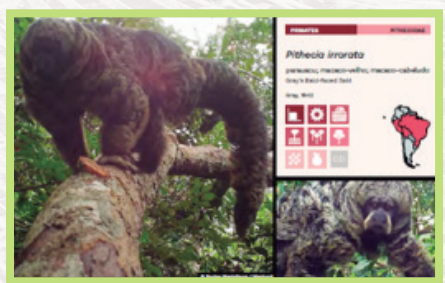
Potos flavus
LC

Didelphis marsupialis
LC


Dasypus kappleri
LC

Metachirus nudicaudatus
LC

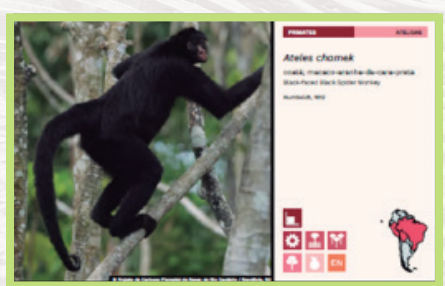
Mico marcai
VU


Pithecia irrorata

Saimiri ustus
NT

Plecturocebus bernhardi
LC

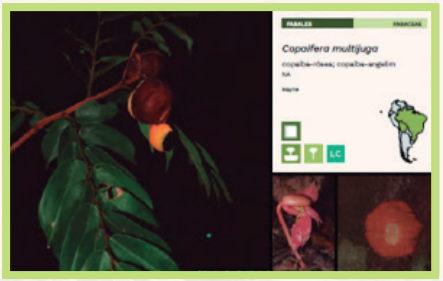
Choloepus didactylus
LC

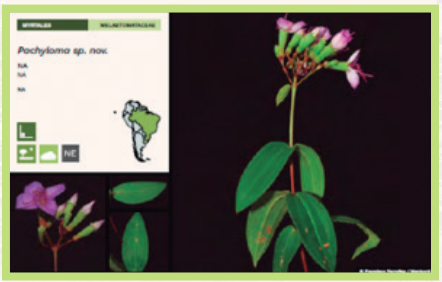

Ateles chamek
EN

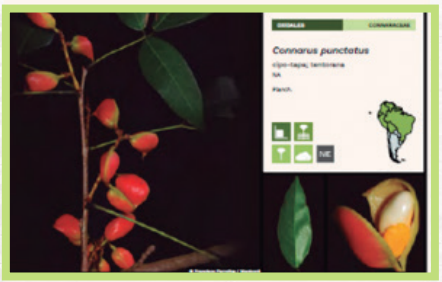
GRUPO: PLANTAS

As plantas são essenciais para a vida na Terra. Elas produzem oxigênio, alimentos e formam o lar de milhares de outros seres vivos. No Rio Manicoré, os pesquisadores encontraram dois tipos principais: os musgos (chamados briófitas) e as plantas com flores e frutos (chamadas angiospermas). As briófitas são pequenas e crescem em lugares úmidos. Durante a expedição, foram registradas 30 espécies desse grupo, incluindo algumas novas para o estado do Amazonas. Já entre as angiospermas, que são as árvores, arbustos e outras plantas que vemos com flores e frutos, foram encontradas 245 espécies — três delas provavelmente nunca antes vistas pela ciência! Muitas dessas plantas só existiam em outras regiões ou nunca tinham sido

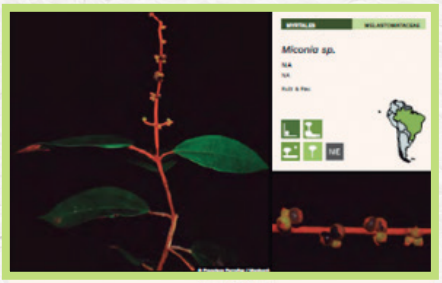
registradas no Amazonas. Isso mostra como o Manicoré é um lugar único e ainda pouco conhecido pela ciência.

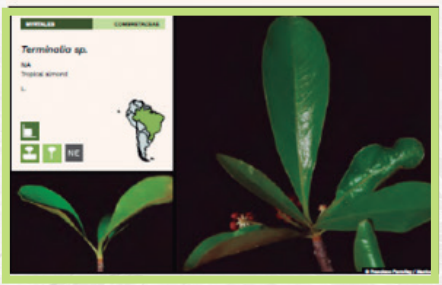



MYRTALES
MELASTOMATACEAE
Pachyloma sp. nov.
NA
NA
NA
NE


OXIDALES
CONNARACEAE
Connarus punctatus
NA
Planch.
NE

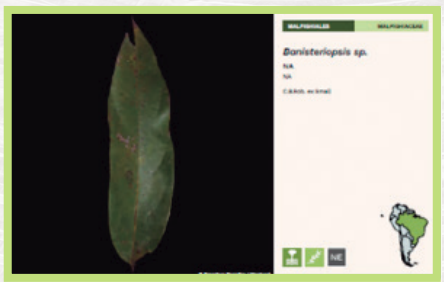
MALVALES
MALVACEAE
Pachira duckei
NA
NE


MYRTALES
MELASTOMATACEAE
Miconia sp.
NA
NA
NE

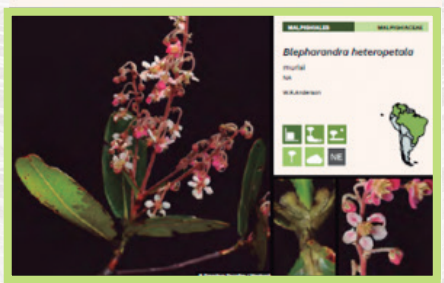

MYRTALES
COMBRETACEAE
Terminalia sp.
NA
Tropical almond
NE

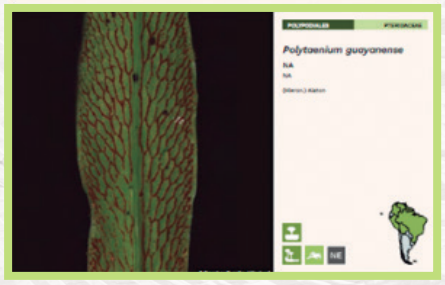
MYRTALES
MELASTOMATACEAE
Mouriri apiranga
apiranga, meracúba
NA
NE

MALPIGHIALES
HUMIRIACEAE
Humiria balsamifera var. floribunda
umiri
NA
NE


MALPIGHIALES
MALPIGHIACEAE
Banisteriopsis sp.
NA
NA
NE

MALPIGHIALES
HUMIRIACEAE
Vantanea macrocarpa
uchirana
NA
LC


MALPIGHIALES
MALPIGHIACEAE
Blepharandra heteropetala
murlé
NA
NE

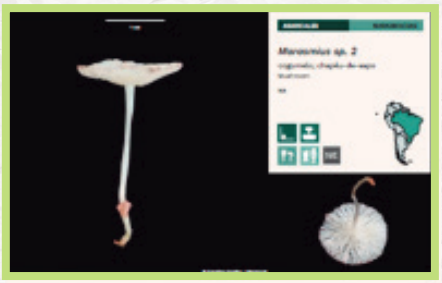


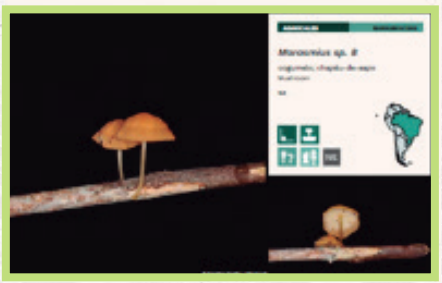
GRUPO: FUNGOS

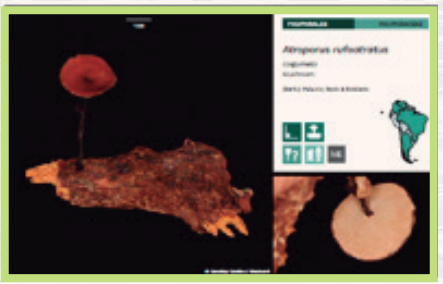
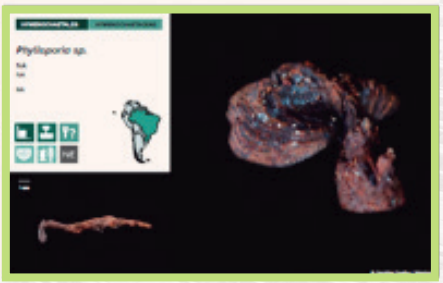
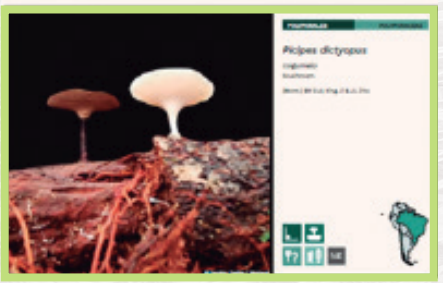
Os fungos são um grupo de seres vivos diferente de tudo que estamos acostumados. Apesar de parecerem plantas, eles são mais parecidos com os animais — inclusive com a gente! A maioria vive no solo e tem corpo feito de filamentos, chamados de hifas. Os famosos cogumelos que vemos na natureza são só a "ponta do iceberg": são a parte visível dos fungos e servem para espalhar esporos, que funcionam como sementes.

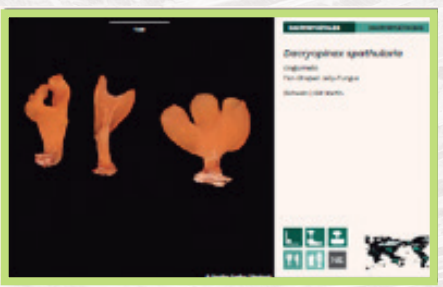
Durante a expedição no Rio Manicoré, foram encontradas 76 espécies de fungos — 11 delas nunca tinham sido registradas no município e uma é nova para todo o estado do Amazonas! A maioria dos fungos encontrados ajuda a decompor folhas e restos de plantas (fungos sapróbios), e outros se associam às raízes das árvores para ajudá-las a crescer (fungos micorrízicos). Alguns também são comestíveis, como a "orelha-de-pau" (Auricularia), mas é sempre bom lembrar: muitos cogumelos são parecidos, e alguns podem ser venenosos. Mesmo

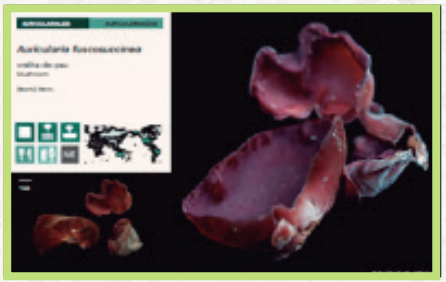
que pouco lembrados, os fungos têm um papel essencial para a saúde da floresta. Por isso, preservar essa região é garantir também a proteção desses seres tão importantes — e ainda pouco conhecidos — da biodiversidade amazônica.



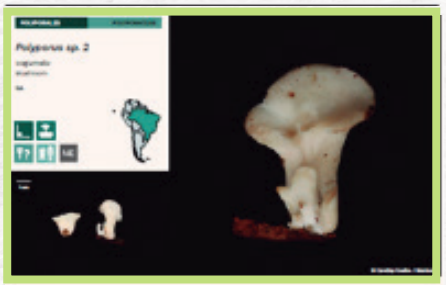




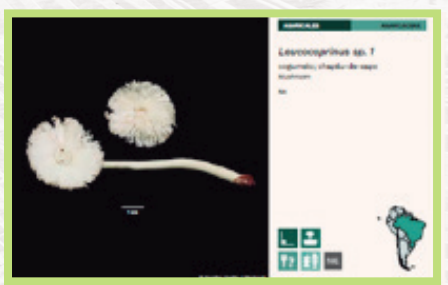

Auricularia fuscosuccinea

Coltricia sp. 1


Polyporus sp. 2

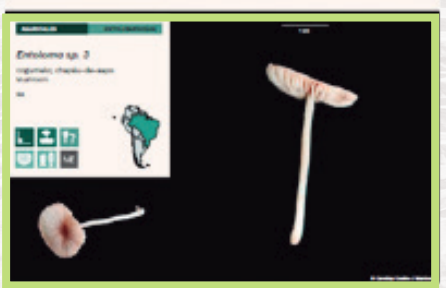
Russula sp. 1

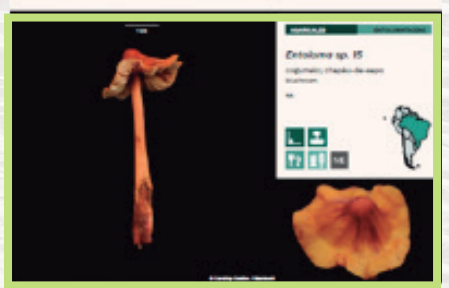
Pycnoporus sanguineus

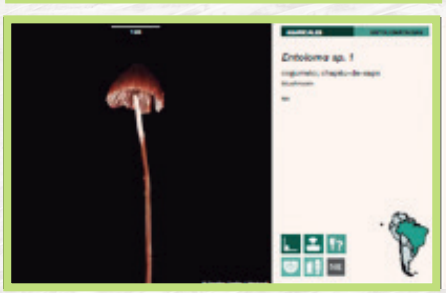

Leucocoprinus sp. 1

Entoloma sp. 2

Entoloma sp. 14


Entoloma sp. 3


Entoloma sp. 15


Entoloma sp. 1

RESUMO DO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO

O levantamento socioeconômico foi realizado por meio da aplicação de questionários semiestruturados, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os aspectos socioambientais do Território de Uso Comum. A coleta de informações foi conduzida pela CAARIM com apoio técnico da TNC e do FGVces, e realizada por uma equipe de 15 jovens, moradores do rio Manicoré, indicados pelas próprias comunidades. Para garantir a qualidade do processo, os jovens receberam treinamento específico e bolsas de apoio à pesquisa.

A aplicação dos questionários foi feita através do software **Coletum** (**https://coletum.com**), ferramenta digital que possibilita melhor organização, armazenamento e tabulação dos dados. Os entrevistadores realizaram as visitas de campo utilizando telefones celulares com o aplicativo instalado, o que permitiu a aplicação dos questionários mesmo em áreas sem acesso à internet. As informações coletadas foram armazenadas em um ambiente virtual, podendo ser posteriormente visualizadas e exportadas para análise.

Ao todo, os questionários contaram com 77 perguntas, e foram aplicados no período de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025. As entrevistas abrangeram diversos temas, incluindo: composição das unidades familiares, padrões de mobilidade, condições de habitação, organização do trabalho, acesso a energia e meios de comunicação, transporte, situação fundiária, atividades produtivas e participação em organizações comunitárias.

Foram coletadas informações de 1300 pessoas em 372 unidades familiares, abarcando todas as 16 comunidades: Barro Alto, Boa Fé, Bom fim, Coroá, Veracruz, Estirão, Esperança, Lago dos Remédios, Maloca, Maranhoto, Mocambo, Paraíso, Parirá, Parintintin, São Pedro dos Cardosos, Três Estrelas e Terra Preta. O número de entrevistados pode ser considerado bastante expressivo da realidade já que representa cerca de 80% das famílias moradoras do TUC.

PERFIL DAS COMUNIDADES

Embora tenham sido entrevistadas famílias de todas as comunidades apenas 14 lideranças de associação ou presidentes de comunidade responderam ao questionário. Dessa maneira, os dados apresentados na sessão baseiam-se nas respostas destas lideranças.

De modo geral, as comunidades do rio Manicoré apresentam fortes semelhanças em sua organização social e nos modos de vida, embora cada uma apresente um histórico próprio de ocupação. Apesar de haver divergências quanto à data exata de fundação de algumas comunidades, algumas foram fundadas há mais de um século. Podemos separar as comunidades em dois grupos: **Comunidades históricas**, formadas ainda na primeira metade do século XX, ligadas ao ciclo da borracha e primeiras frentes de ocupação; e **comunidades recentes**, fundadas nas últimas décadas, resultado de migrações internas, divisão de comunidades maiores ou reorganização social.

As 16 comunidades estão distribuídas ao longo do rio e de seus afluentes, tendo o transporte fluvial como principal meio de acesso. A formação dessas comunidades ocorre, em grande parte, por vínculos familiares e relações de afinidade entre os moradores. As moradias se agrupam em núcleos que compartilham espaços de uso coletivo, como áreas de lazer (campos de futebol e centros comunitários), unidades de apoio ao extrativismo e à agricultura familiar (casas de farinha e outras estruturas), além de escolas e igrejas.

Embora representados coletivamente por uma central, ou “associação mãe”, nove comunidades se organizam também a partir de uma associação local formalizada e outras duas estão em processo de criação. Ao longo dos últimos anos, com apoio da CAARIM, algumas comunidades já puderam captar recursos em editais para desenvolvimento de projetos próprios.

Segundo relatos dos moradores, embora a organização formal tenha crescido, observa-se uma redução de atividades coletivas em detrimento de atividades familiares. Ainda assim, metade das comunidades relataram se organizar para uma pesca coletiva ao menos uma vez por ano. A presença de roça comunitária anual foi relatada por apenas uma liderança, porém, praticamente todas as comunidades realizam, com diferentes frequências, mutirões ou puxiruns para atividades ligadas à agricultura. Uma casa de farinha comunitária foi relatada pela liderança da comunidade do Mocambo.

As festas religiosas e comunitárias ocupam lugar central na vida social. 70% das comunidades relatam organizar algum festejo tradicional ligado à religiosidade, ou a produção rural. Além de sua dimensão espiritual, as festas representam momentos de fortalecimento da identidade cultural, solidariedade entre famílias e integração entre comunidades. São espaços de encontro, transmissão de saberes e fortalecimento da coesão social. As igrejas estão presentes em todas as comunidades, e dois terços das lideranças declararam que as comunidades são predominantemente católicas enquanto as demais são predominantemente evangélicas.

Assim como os festejos, o futebol também está presente como esporte mais popular e todas as comunidades possuem um campo. O mesmo não se repete com estruturas de serviço público. Nenhuma comunidade possui distribuição de água ou tratamento de esgoto, este último é ausente, inclusive, de boa parte da área urbana do município.

A Saúde, no geral, é atendida por agentes comunitários. Não há, com exceção da comunidade Barro alto, nenhum posto de pronto atendimento ao longo do rio Manicoré. Sobre este tema, a ausência do saneamento também tem grande peso. O vômito e a diarreia derivados de infecções gastrointestinais são relatados como principais ocorrências de saúde entre os moradores. Ambos são sintomas geralmente ligados às condições ambientais e sanitárias.

A educação tem situação um pouco melhor no que diz respeito à infraestrutura. Quinze das 16 comunidades possuem escolas, todas geridas pelo município. Contudo, apenas o Barro Alto possui ensino médio, enquanto as demais possuem apenas até o ensino fundamental. Essa situação é refletida na baixa escolaridade dos moradores como veremos a seguir.

A rede elétrica importante conquista da CAARIM, já atinge 14 das 16 comunidades do rio Manicoré o que tem possibilitado aos moradores um crescente acesso a meios de informação como internet e televisão. Ainda assim, a comunicação foi o problema mais lembrado pelas lideranças de comunidade, seguido de questões ambientais como desmatamentos, garimpo, pesca predatória e aspectos ligados à saúde como falta de medicamentos e profissionais.

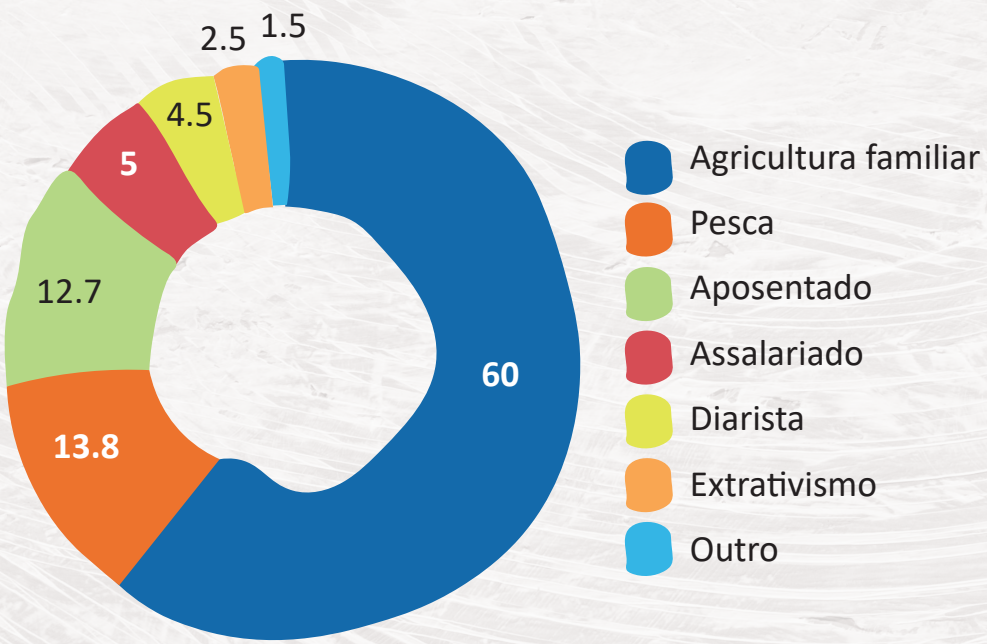
PERFIL DOS MORADORES

A agricultura familiar é a espinha dorsal da economia local, mencionada pela grande maioria das famílias como principal atividade. Além de garantir o consumo alimentar das casas, parte da produção é destinada à comercialização, em pequena escala, em feiras e mercados regionais. Outras atividades relevantes são a pesca artesanal, importante tanto para o autoconsumo quanto para a renda; aposentadorias e benefícios sociais, que representam uma fonte significativa de sustento e circulam recursos dentro das comunidades; e atividades assalariadas e de diaristas, em menor escala, que indicam vínculos pontuais com o mercado de trabalho externo.

Esse perfil revela a centralidade da economia da sociobiodiversidade, sustentada pela roça, pela floresta e pelos rios, ao mesmo tempo em que expõe a vulnerabilidade das famílias a oscilações de preço, dificuldades de transporte e ausência de apoio técnico estruturado.

O rio Manicoré é conhecido pela qualidade e fartura de produtos da agricultura familiar amazônica. Farinha, açaí, tucu-

mã e outros produtos tem enorme importância não só para a subsistência, autonomia alimentar e diversidade nutricional, mas também para economia local e regional. Ainda assim apenas uma família declarou receber assistência técnica para produção. De acordo com o levantamento realizado, dentre as pessoas que possuem renda, 60% tem na agricultura a fonte principal. A pesca vem em segundo lugar com 13,8%. Aposentados, assalariados, como professores e agentes de saúde representam respectivamente 12,7% e 5%. Há ainda os diaristas, que vendem a força de trabalho para operação de motosserra, construções, e trabalhos ligados à agricultura.



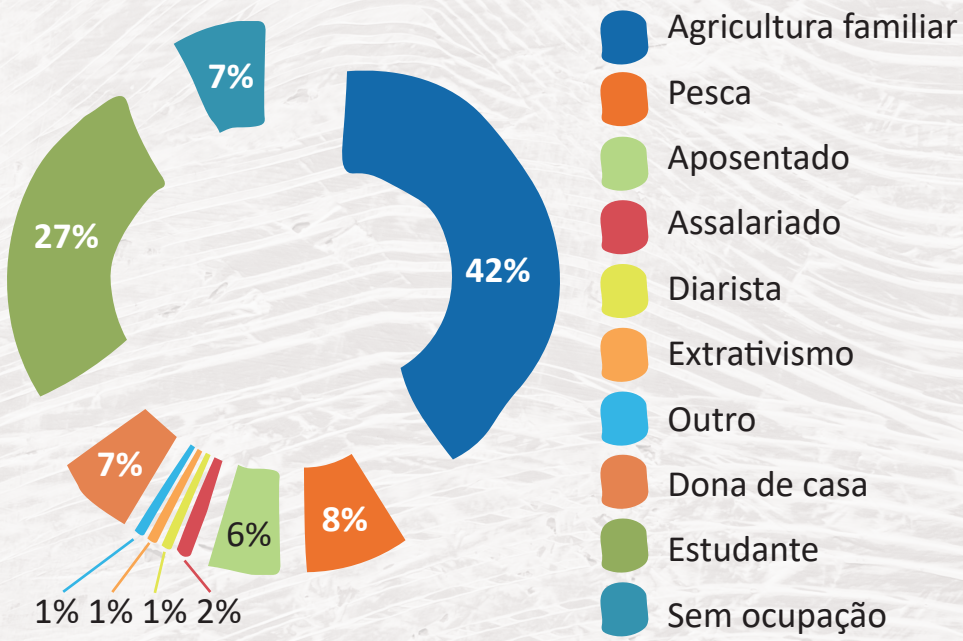
A Agricultura praticada pelos moradores do rio Manicoré tem a mandioca e a produção de farinha como elementos principais, ainda que nas roças sejam cultivadas uma ampla variedade de raízes, tubérculos, frutas e legumes. Ressalta-se que o processo utilizado nesse tipo de sistema agrícola é o de queima, roça e capoeira, em que para a instalação das roças é feita a derrubada da vegetação, com posterior queima para limpeza da área e enriquecimento do solo. Na sequência essa área é

utilizada para o cultivo por anos, até seu esgotamento, quando é abandonada para descanso e regeneração, a chamada capoeira (MODELLI, 2022).

A criação de animais não foi citada como fonte de renda. Não há grandes criações no território. Pelo contrário, a maioria dos moradores (60%) declara não possuir criações de qualquer tipo. Apenas 30% declararam possuir animais de criação e 10% não responderam. Aos que possuem criação, a maior parte é de galinha com total de 3.727 animais, em seguida temos o pato com 640 animais, porco com 270 e o gado bovino com apenas 6 cabeças.

Quando abordamos a questão da "ocupação" sem considerar a atividade enquanto geradora de renda, a agricultura segue tento grande importância. Contudo o numero de estudantes aparece como segunda maior menção.

Atividade/Ocupação



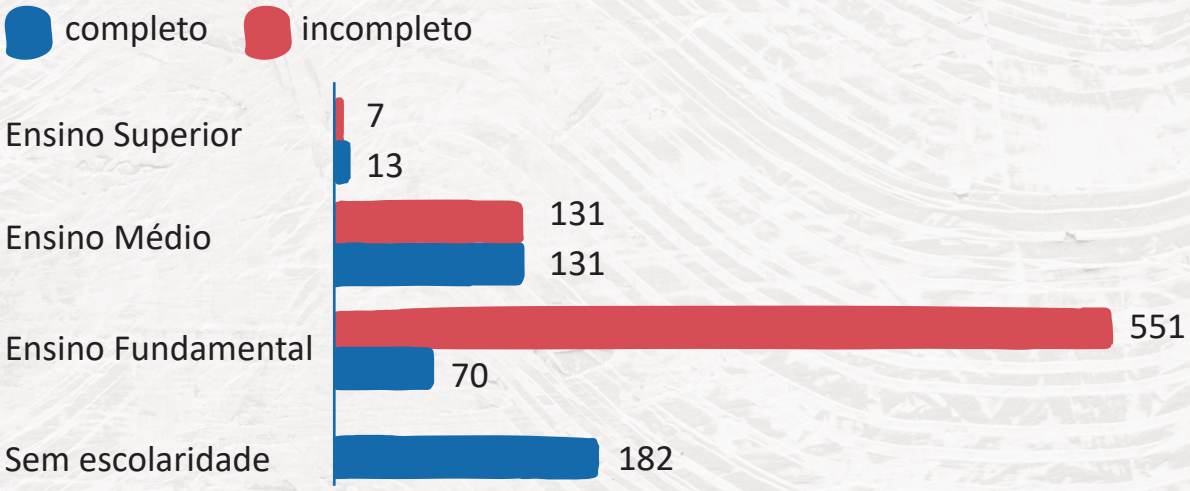
O Gráfico acima foi feito a partir de um universo de 1300 pessoas abarcando todo o universo de entrevistados de 372 famílias. Quando se observa a ocupação, muitos aposentados, ainda que recebam o benefício previdenciário, continuam com seu tempo dedicado à agricultura. O mesmo pode acontecer com extrativistas e pescadores. Não quer dizer que as donas de casa, por exemplo, não pratiquem atividades de agricultura, na maioria das vezes o fazem, porém nem todas consideram esta como sua atividade principal.

Nesse caso, a proporção de agricultores cai em relação ao total pela entrada dos estudantes, donas de casa e pessoas sem ocupação no cálculo. Esse último grupo, em geral, é composto por crianças fora da idade escolar, pessoas com limitações físicas ou doenças, e jovens que terminaram o ensino fundamental.

Quanto à escolaridade, o levantamento teve informações de 1085 pessoas. A análise dos dados apresentados aqui não diferencia as pessoas que ainda estão cursando e as que “abandonaram" a escola quando apresenta um grau de escolaridade incompleto, já que muitos adultos afirmam pretender retomar os estudos. Residindo no rio Manicoré, apenas 13 pessoas possuem o ensino superior completo o que corresponde a 1,2% e 07, ou seja, menos de 1% iniciaram a formação no ensino superior. O ensino fundamental é onde está a maioria dos estudantes, 70 pessoas afirmam ter completado o ensino fundamental, enquanto 551 estão cursando ou abandonaram antes de concluir. No ensino médio, 131 pessoas estão cursando ou abandonaram os estudos nesse período, enquanto um número igual já concluíram.

Uma análise mais detalhada pôde ser feita das pessoas sem escolaridade. Dentre as 1085 respostas obtidas, 182 pessoas não possuem escolaridade formal. Destas, 81 tem até três anos, ou seja ainda não estão em idade escolar. Entre os 4 e os 17 anos, considerada idade escolar obrigatória 18 pessoas estão fora da escola. Outras 83 pessoas, acima dos 24 anos, não cursaram o ensino regular.

Grau de Escolaridade

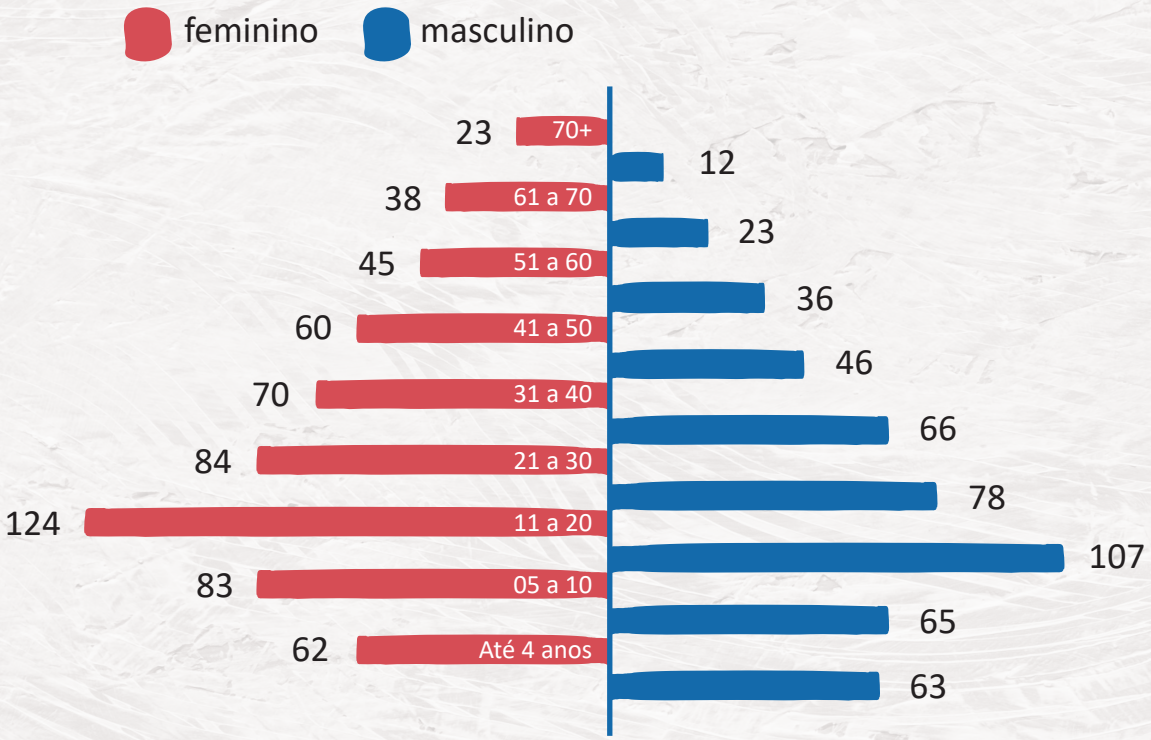


Outro dado que tem grande influência na continuidade dos estudos é a formação de famílias por jovens menores de 18 anos. Entre as famílias entrevistadas, cerca de 20% são chefiadas por uma pessoa com menos de 18 anos. Muitas vezes, esse é o motivo da interrupção dos estudos.

Importante considerar que embora se reconheça a escola como política fundamental de educação e ensino, é importante ressaltar as práticas e saberes tradicionais presentes no leque de conhecimentos dos habitantes do rio Manicoré que são passados a cada geração de forma oral pelos mais velhos.

Dentre os entrevistados, a pessoa de maior idade do TUC tem 105 anos. Outras três pessoas tem mais de 90 anos.

Pirâmide etária



A Pirâmide etária de homens e mulheres acompanha um padrão similar. Com maior número de crianças e uma proporção decrescente conforme se aumenta a idade. Cerca de metade da população tem até 22 anos e apenas 35 têm mais de 70 num universo de 1085 pessoas.

No tema organização social um fator considerado foi a existência e o vínculo com organizações sociais formais do território, como sindicatos e associações. Entre os entrevistados 77% declaram que possuem vínculo com ao menos uma organização.

Como órgão gestor do TUC, considerada a Associação Mãe, a CAARIM foi citada por 24,80% dos entrevistados como estando filiados diretamente. Entre as organizações representativas da

pesca foram citadas a Colônia de Pescadores Z-20 do município de Manicoré por 14,78% dos entrevistados, e o SINDIPESCA de Manicoré com 14,51% das menções. Aproximadamente 23% dos entrevistados disseram que não possuem vínculo formal com nenhuma organização.

ASPECTOS HABITACIONAIS E SANEAMENTO

Com relação ao tempo de residência local, os percentuais foram similares entre o período de mais de dez (10) anos a mais de quarenta (40) anos, reforçando uma característica própria das comunidades tradicionais de vínculo com o local de origem e as relações familiares. Portanto, 8,31 % responderam residir a menos de dez (10) anos nas comunidades. Outro ponto importante é que 6 unidades familiares informaram residir há mais de cem (100) anos, nas comunidades Barro Alto, Boa Fé, Mocambo e São Pedro dos Cardosos.

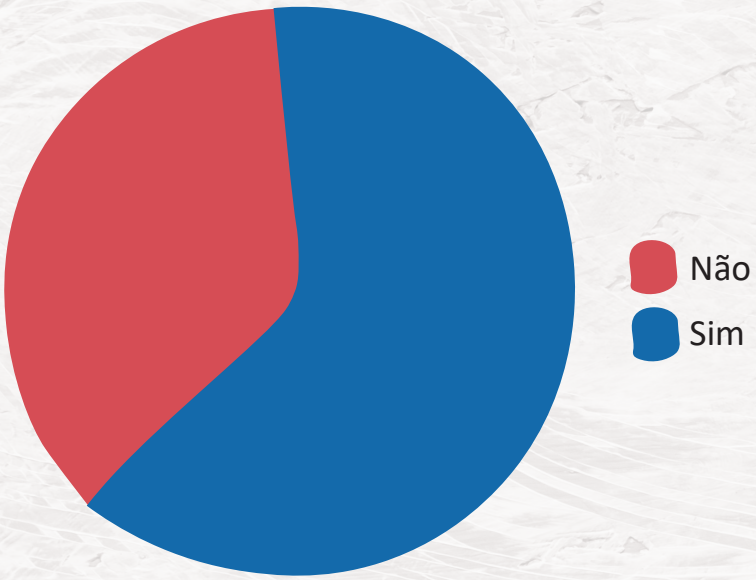
363 pessoas responderam sobre condições de habitação. 7 famílias em 4 diferentes comunidades moram em casas alugadas, 34 em casas que foram cedidas e 322 pessoas, ou seja, quase 90% possuem casa própria.

Entre 368 casas pesquisadas, a maioria, 347 é feita de madeira, aproximadamente 95%. Destas 51 tem partes também em alvenaria. 20 casas que representam pouco mais de 5%, são construídas totalmente em alvenaria. Apenas uma habitação de palha foi relatada. A maioria destes moradores, 89%, declararam que residem em ambiente de Terra Firme, 8% na Várzea com e 3° em ambientes de lago ou rio em casas flutuantes.

Com relação às condições de energia elétrica, verificou-se que 92% afirmaram possuir energia advinda do Programa Luz para Todos, enquanto 4% afirmaram advir de Gerador Coletivo, 2% de Gerador Individual e 2% de Energia Solar e apenas uma unidade familiar declarou não possuir nenhuma fonte de energia utilizando a lamparina para iluminação do ambiente.

O saneamento também foi abordado na escala familiar. Entre 367 domicílios pesquisados neste tema, a 223 pessoas afirmaram que possuem banheiro na casa, enquanto 144 não possuem.

Possuem banheiro em casa

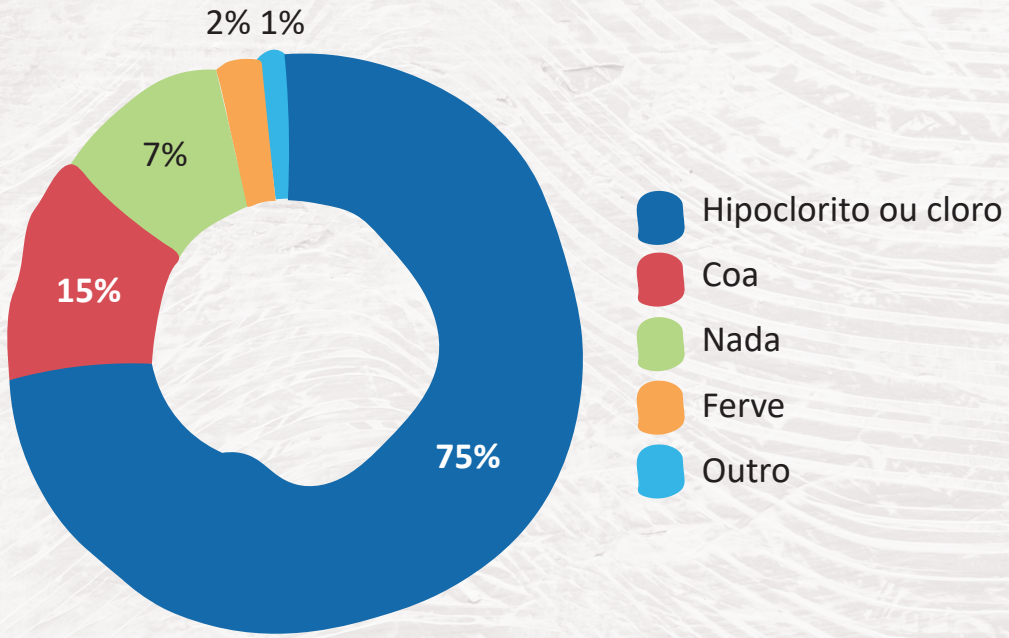


Embora pareça um número elevado em comparação a regiões semelhantes, metade das residências que possui banheiro não possui vaso sanitário, e tem como destino de dejetos uma "fossa rústica".

Algumas comunidades, como Esperança e Barro Alto apresentem um número absoluto significativo de habitações com banheiros, vasos e fossas sépticas. Contudo, também devemos considerar que são comunidades com grande número de moradores. Portanto, não existe um padrão nas respostas que indique afirmar que melhores condições de saneamento entre as diferentes comunidades. Em todas as 16 comunidades presentes no TUC há casas sem banheiro e em nenhuma comunidade há abastecimento de água.

A maioria dos moradores consome água do rio e de cacimbas. Para tornar a água potável a maioria dos moradores utiliza hipoclorito, cloro ou outro produto purificador. Mas uma parte dos moradores não utiliza nenhum método consumindo a água diretamente.

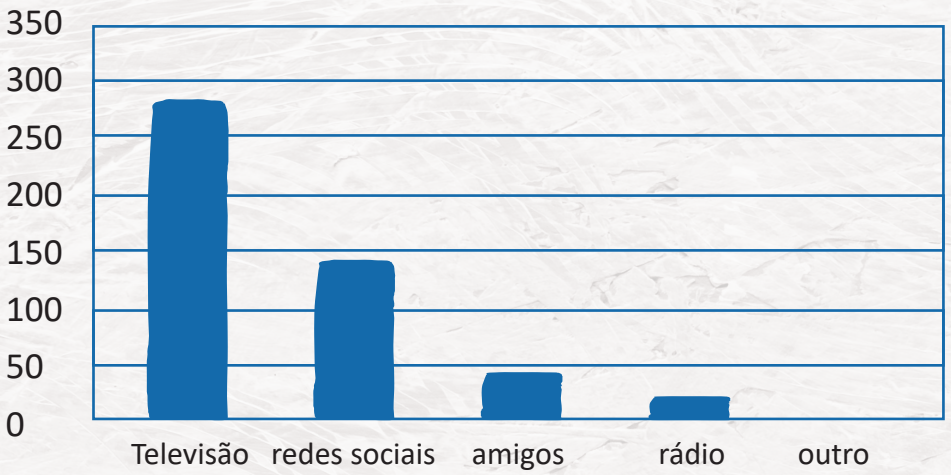
Formas de purificação de água



ASPECTO DE COMUNICAÇÃO INFORMAÇÃO

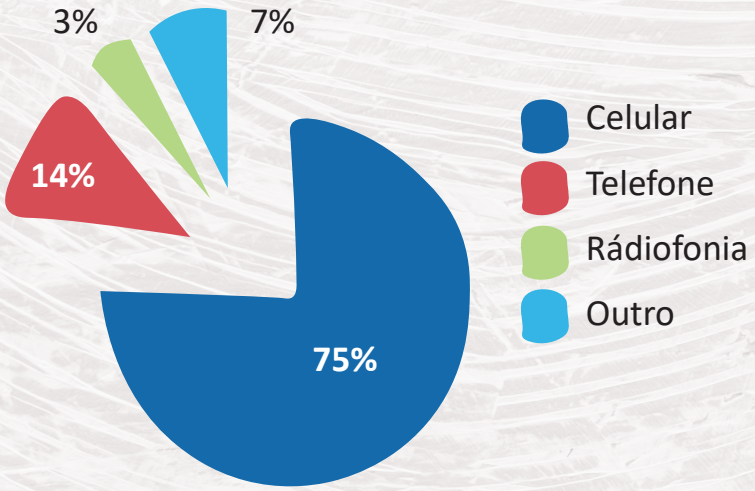
Embora o acesso à internet venha crescendo, a televisão ainda é o principal meio pelo qual as pessoas se informam. A exceção são as comunidades Maloca e Maranhoto que tem as redes sociais como principal fonte de informação, o que pode estar relacionado com a ausência de acesso à rede pública de energia. A comunidade Esperança é a que mais usa a televisão, enquanto o acesso através de rádio é pouco mencionado.

Principal meio de informação



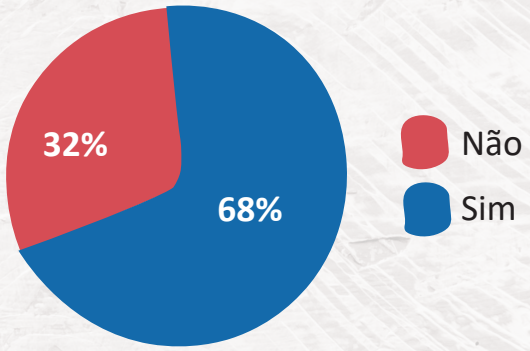
No aspecto comunicação, a radiofonia e os telefones rurais vêm perdendo espaço para o uso de celulares, que se tornam mais populares a partir da crescente oferta de internet e energia elétrica. Cerca de 3 em cada 4 moradores do rio Manicoré tem o smartphone como forma principal de comunicação se utilizando de aplicativos de mensagens e redes sociais uma vez que não há sinal de rede pública de telefonia na quase totalidade do território.

Formas de comunicação



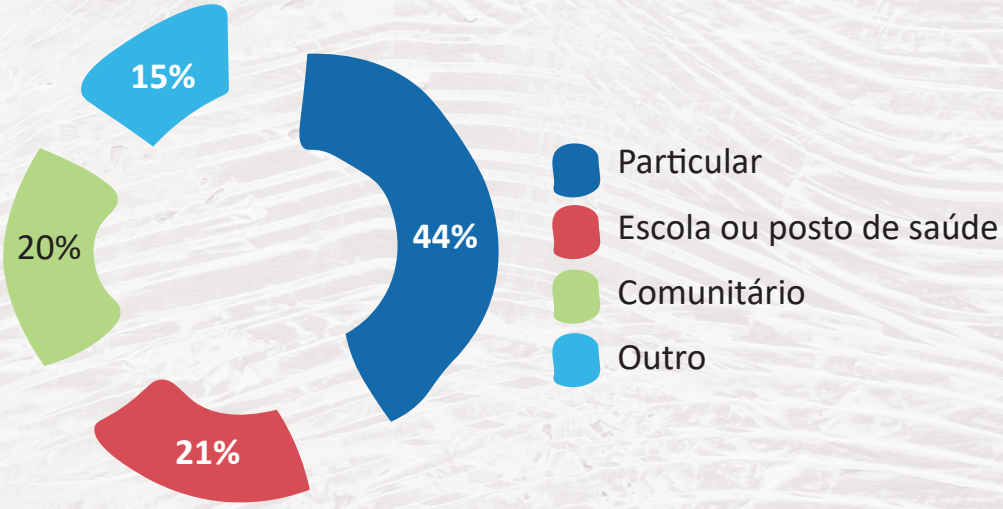
A internet já faz parte da realidade de 250 famílias num universo de 368 respostas o que representa quase 70% dos moradores.

Acesso à internet



Entre aqueles que têm acesso à internet, quase a metade possui um plano particular, enquanto 20% utilizam internet da comunidade, 21% utilizam a internet de algum equipamento público como posto de saúde ou escola. Outros 15% declararam que utilizam outras formas de acesso, como planos compartilhados ou cedidos por amigos e vizinhos.

Origem da internet



Um diagnóstico socioeconômico mais completo está sendo elaborado pela CAARIM com apoio de parceiros, e tão logo seja publicado deve ser anexo a este plano.

NOSSO CALENDÁRIO

"O correr da vida embrulha tudo; a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem". (João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas)

APRESENTAÇÃO

Este Calendário Agroecológico é um documento que busca retratar parte dos sofisticados conhecimentos e práticas que as famílias que vivem no rio Manicoré precisam acionar diariamente, ao longo do ano, para sustentar de pé o patrimônio socioambiental, material e imaterial, do qual elas são guardiãs, mantenedoras e beneficiárias diretas.

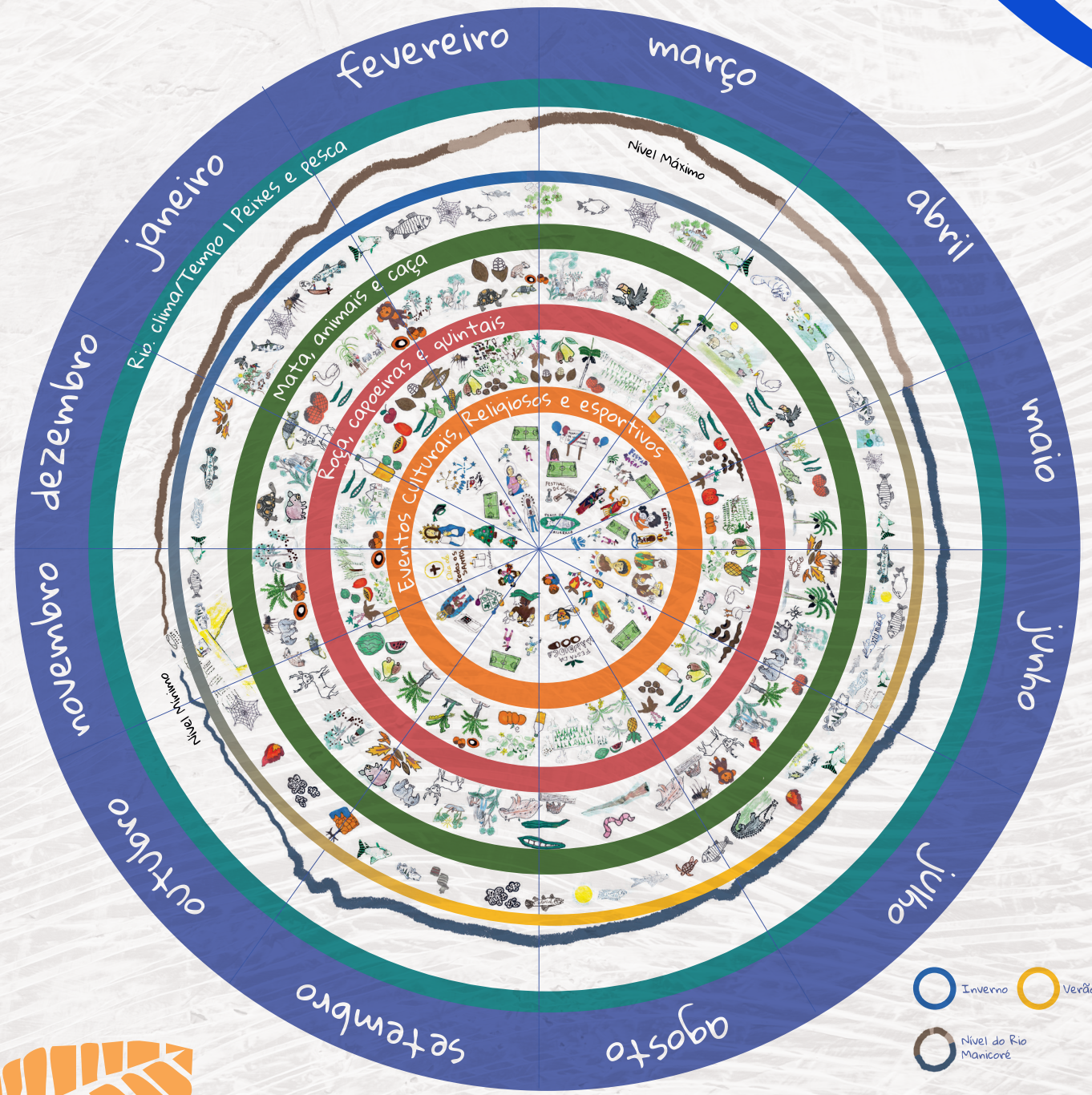
O calendário registra as atividades produtivas nas roças e quintais, o extrativismo, a pesca, a caça, a intensa produção e o comércio (de farinha e demais produtos); bem como das festas religiosas e eventos sociais, esportivos e culturais, como campeonatos de futebol,

festividades do calendário cristão e da agenda cultural que incidem no território. Além disso, os eventos e fenômenos biológicos importantes (florescimentos, frutificações, a vida dos animais), os eventos climáticos (o verão e inverno amazônico com seu regime de chuvas, estiagens, friagens), o movimento hidrológico dos rios e igarapés com o sobe e desce das águas (cheias, vazantes, repiquetes); enfim, informações que traduzem o ininterrupto baile, no tempo e no espaço, que imprime o ritmo da vida no rio Manicoré.

Por isso, atores e projetos governamentais e não-governamentais que busquem incidir sobre as comunidades do rio Manicoré precisam estar atentos aos conteúdos aqui revelados, desenhando projetos e processos de apoio mais conscientes e que reduzam quaisquer impactos negativos para as dinâmicas de vida tradicional das comunidades.

Importante destacar que as informações deste calendário foram reunidas e organizadas por um grupo de jovens pesquisadores locais apoiados por moradores do próprio rio Manicoré, coordenados pela CAARIM em parceria com a Universidade de Lancaster e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

CALENDÁRIO AGROECOLÓGICO DO RIO MANICORÉ 2025



JANEIRO

O rio Manicoré está enchendo. Tem ano que enche devagar, tem ano que enche rápido. Tem muita fruta na beira do rio para os peixes. Facilita para ir aos castanhais, ir pescar, fazer caça na canoa. Melhora o acesso aos furos. Diminui o tempo de viagem até a cidade. O tempo está fresco e chuvoso. Tem mais chuva do que sol.

As principais doenças são malária, febre, gripe, diarreia e vômito, por conta da água e da chuva. Tem muito carapanã e mosquitos. A água está mais escura, grossa com o "lixo" (folhagem, sementes) e limo. Essa época exige mais cuidado no tratamento da água. As pedras das cachoeiras estão no fundo.

A maioria dos peixes estão ovados, como o pacu, a matrinxã e o aracu. A pesca é feita com caniço, malhadeira fina, espinhel e espinhelzinho no leito do rio. Mês ruim de peixes no rio para as comunidades Paraíso, Estirão e Esperança. Nos igarapés, com a malhadeira fina, são pescados: jaraqui, charuto, urubarana (charuto grande), mapará, branquinha, traíra, cará (roxo, zé bala, boca de vidro, uaçu, buceta). Pescam jatuarana nos rios. Algumas comunidades dependem de comprar conservas, sardinha, ovos, salsichas e frangos nessa época.

A mata está molhada e os poços e as baixas estão cheios de água. Começa a tirar açaí. Tiram também bacaba, piquiá, uxi, buriti, tucumã, andiroba, uxi coroa, uxi liso e piquiá. Castanha está em floração para a próxima safra. Tem que ter cuidado com as cobras. Há muitas cantigas de passarinhos na mata.

Bom para caçar porco, cotia, mutum, veado e caititu, que vão para os poços da mata beber água. Também caçam tatu. Nos lagos, quando estão pescando, caçam patos do mato. Há muita caça debaixo dos uxizeiros, onde fazem muitá (estrutura de espera). Os jacamins estão com filhotes. Caçam macacos, já que muitos estão comendo frutas, como ingá xixica. Coleta de ovos da coroca nas árvores dos igapós e igarapés (janeiro e fevereiro).

As famílias estão fazendo o puxirum para capinar as roças novas. Estão capinando no molhado. Fazendo farinha,tucupi, beiju e tapioca da roça velha para consumo e venda. Plantam nos quintais açaí, cupuaçu, abacate, bacaba, pupunha, limão, mamão, tucumã, cacau, café, goiaba, ingá, tangerina, uxi e cedro. As famílias limpam os quintais e plantam ao mesmo tempo. Capoeirinhas estão sendo capinadas e plantam maxixe, abóbora, milho, tomate e pimenta de cheiro. De janeiro a fevereiro, comunidades como Barro Alto e Parintintins estão nas roças na região das cachoeiras, capinando e fazendo farinha.

Eventos:

- Ano novo.
- Reuniões de organização do campeonato rural de futebol nas comunidades.

FEVEREIRO

O rio Manicoré ainda não atingiu a cheia completa. A água está mais fria. Tempo chuvoso e fresco, mais quente que janeiro. Muita navegação, tanto para a cidade como para as cachoeiras. Devido aos muitos furos, as viagens são mais rápidas e gastam menos combustível. O rio está enchendo com água barrenta que entra do rio Madeira (do lado da comunidade Três Estrelas/ Varador do Moreira), deixando a água mais branca, no Estirão, Barro Alto/Lago Itapiúna. As doenças mais comuns são: diarreia, dor de garganta, malária e febre.

Pescam para consumo, pois é período de defeso (15 de novembro a 15 de março): jaraqui, pacu, jatuarana grande, matrinxã pequena, tambaqui, cuiu cuiu (bagre), bodó. Vários peixes acompanham o cardume de jatuarana. Usam espinhel, caniço, malhadeira, rede e anzol. Período de peixes ovados. Tambaqui, pacu, sardinha, mapará, pirarucu, ainda estão desovando. Jaraqui e branquinha são mais pescados, com diferenças entre as comunidades. Tempo das tenturanas (frutinhas na beira do

rio), semente de seringa barriguda, cabaçarana, taquari, mangaba, que alimentam os peixes.

Período fértil em frutas na mata, mas muita chuva. Extraem castanha, açaí, tucumã, bacaba, cipó imbé para paneiros e cestas, palha, cipó titica para fazer vassoura, cupuaçu, uxi (liso e coroa), piquiá, sorva (fruta), pé de jabuti, cacau na várzea e arumã para fazer peneira.

Algumas comunidades vão caçar para o alto do rio Manicoré. Caçam debaixo da árvore de uxi e camuri. Caçam porco, tatu, cotia, jacu, papagaio, macaco, jabuti, arara, veado, paca e anta. Mas é tempo complicado de caçar, devido à muita chuva. Por isso, geralmente não saem para caçar, saem mais para pescar. Caçam alguns animais (porco, queixada, veado, cotia) que estão atravessando o rio da várzea para a terra firme. Tempo que tem muita cobra, aranha e escorpião na mata.

Estão capinando as novas roças e fazendo farinha, tucupi, beiju e tapioca das roças velhas para consumo e venda. Plantam jerimum, maxixe, macaxeira, pimenta de cheiro, pimenta queimosa, milho, abóbora, tomate, cacau, cupuaçu e bananas (variedades pacovan, poucas e boas, branca amarela, branca verde, são tomé branca, são tomé roxa, prata, holanda, pacovi e inajá). Quando chove muito não vão para roça, dá muito carapanã. Plantam nos quintais macaxeira, açaí, caju, café, abacaxi, abacate e goiaba. Estão colhendo marimari nos quintais. Limpando as capoeirinhas.

Eventos:

- Início do Campeonato Rural de Futebol.
- Festejo de Nossa Senhora de Lourdes (2 a 11/02).
- Festejo de Nossa Senhora do Rosário de Fátima na Comunidade Barro Alto (28/02 a 04/03).

MARÇO

O rio Manicoré está ainda mais cheio. Tempo pouco chuvoso. Dá muito muriru (planta aquática). Transporte é mais fácil, dá muito peixe. Março de 2025 deram temporais atípicos (muitos raios e trovões).

Pescam jatuarana, pacu, jaraqui e branquinha, que são peixes gordos, que baixam para desovar no encontro das águas do rio Manicoré com o rio Madeira; vão subindo o rio, comendo e engordando. Usam malhadeira, espinhel, flecha e zagaia. Ruim de pesca (Estirão). Bom de pesca (Esperança, Barro Alto, Mocambo, Lago dos Remédios, Paraíso). Começam a pescar pacu, que está se alimentando da lagartinha que cai do capitarizeiro. A pesca está concentrada nos igapós e igarapés.

A mata está bastante molhada e encharcada. Tempo do açaí (fevereiro a março). Final da safra da castanha. Colhendo piquiá, uxi, tucumã (dezembro a março). Comercialização de açaí e tucumã (desde de janeiro). Final da safra do uxi. Colheita do marimari para venda.

Mês bom de caça. Caçam mutum, jacu, porco, tucano, paca, tatu, veado, anta, queixada e cotia. Os porcos grandes (queixadas) estão com filhotes. Porcos e queixadas se alimentam de camuri e macaxeira. Os veados se alimentam de tucumã, muraxé e parajuba. Os caçadores atuam nas esperas, saleiros montados próximos a poços d'água e debaixo das fruteiras.

Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca. Limpeza da roça. Colheita da mandioca e macaxeira para fazer a farinha, tapioca, beiju, farinha seca e farinha amarela para consumo e venda. Colheita do açaí, goiaba, caju, buriti, cupu (comum), cupuaçu, café, pitombas amarelas e bacaba nos quintais.

Eventos:

- Campeonato Rural de Futebol.
- Festival de música no Lago dos Remédios (segundo sábado do mês).
- Dia Internacional de luta das Mulheres (8/03).
- Início do ano letivo. Aniversário do TUC do Rio Manicoré (15/03).

ABRIL

O rio Manicoré está totalmente cheio e, depois da semana santa, começa a baixar. Época boa para navegar, a duração da viagem é menor porque o rio está cheio de furos. O rio enche muito, e a água fica cor de "café com leite" pois entra ainda mais água do rio Madeira na região da comunidade Três Estrelas. O tempo está mais quente, é começo do verão. No final de abril para maio a água baixa, tem muito mosquito e a água dá problemas intestinais. As águas dos igapós ficam "podre", com mau cheiro, a água fica presa. A água do rio vai baixando e clareando.

Período farto em peixe de toda qualidade no rio, lagos, igarapés e igapó. Pesca de caniço, malhadeira, zagaia, flecha, anzol, tarrafa e espinhel. Período que cai lagartixas e gafanhotos e os peixes comem. Os peixes estão saindo dos igarapés, a água fica "podre" e os peixes tem que sair. Pescam no igapó. Pescam jaraqui, pacu, aracu, branquinha, tucunaré, mafurá, traíra, cará, piranha, sardinha e cará uaçu. Está no período fora do defeso, que vai até 15 de março. Período bom para pescar nas cachoeiras. Peixe boi e pirarucu nos lagos (baiua, cacaia grande, cacaia do redondo, peixe branco, enviral).

A mata está começando a secar e as folhas a caírem. Época de colheita do açaí da mata e do cacau. Não tem mais açaí dos quintais, castanha e nem tucumã. Terminando a florada das castanheiras e aparecendo o birro do ouriço da castanha. Época boa para tirar as palhas (ubim e palha preta para cobertura das casas) e ripa de paxiubinha. Os gafanhotos que aparecem nesse tempo comem as folhas da mata. Período de colheita do marimari para venda.

Caçam cotia, porco, paca, anta, mutum, veado, tatu, pato, periquito, curica, maracanã, mergulhão, carará, arara, jacu e guariba. Caçam os porcos nos lavatórios (poços d'água). Caçam com cachorros, espingarda e armadilhas. Começa o acasalamento da paca e da cotia. Animais vão para a beira do rio para se alimentar de pajurá e anderá.

As famílias estão capinando as roças e fabricando farinha, tucupi, beiju e tapioca. Começam a roçagem, feita pelos homens, em sistema de puxirum. Nas roças estão colhendo banana, maxixe, macaxeira e mandioca. Colheita do café, cacau e laranja nos quintais. Final da safra do cupu (comum) e cupuaçu. Plantando melancia e feijão da praia nas capoeirinhas.

Eventos:

- Campeonato Rural de Futebol.
- Festejo da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na comunidade de Mocambo.
- Festejo de Santo Expedito na Comunidade Esperança (19/04).
- Festa do açaí na Comunidade de Estirão (último sábado do mês).

MAIO

O rio Manicoré está com uma média altura, nem tão cheio e nem tão baixo. O rio está baixando, às vezes dá um repiquete de 3 a 4 dias. Está chovendo menos, o tempo está mais equilibrado. É época da librina (neblina) do mês de maio. Chove pouco e tem bastante librina. Com a baixa das águas as margens ficam cheias de lama, onde aparecem pegadas de tartarugas e jacarés.

Período farto de peixes. A água baixa e vem peixes dos lagos e igapós. Pescam de flecha, caniço e malhadeira: jatuarana (poucas), pacu, curimatã, tucunaré, jaraqui, aracu, matrinxã do rabo preto e branquinha nos igapós, igarapés e rio. Repiquete do tucunaré, o rio está enchendo, baixa de novo e o tucunaré desova.

As folhas continuam a cair, muita folhagem na mata. Frutas estão acabando. Ainda tem buriti e sorva. Nas cachoeiras é tempo de açaí. Não tem castanha. Se a enchente é média, em maio tem produção de seringa na várzea. Começo do verão, começam a cortar seringa. Seringueiras em floração. O para-parazeiro está florindo. Os animais estão procurando os poços para beber água e se lavarem.

Tem mais paca, porque parou de chover, elas descem para comer. Anta tem mais na região das cachoeiras. Caçam a noite pacas (facheando) e tatu. De dia caçam cotia, queixada, jacu, mutum e jacamim. Deixam armadilha, que atira para baixo, para pegar tatu (armadilha que enfiam na terra). Armadilhas noturnas podem causar acidentes, como as ratoeiras e armadilhas. Muito jacaré nos lagos. Pacas estão prenhas. Pacas se alimentam de anani e veados estão se alimentando de limo e capim.

É o mês da laranja, que estão maduras, são consumidas e vendidas nas comunidades e, às vezes, na cidade de Manicoré. Segunda capina das roças novas. Plantam feijão, melancia, jerimum, maxixe e abobrinha. Produção de farinha, tucupi, beiju

e tapioca das roças velhas para consumo e venda. Roça velha com um ano e a nova está crescendo. Época boa para plantar, nem muita chuva, nem muito verão. Nas capoeirinhas colheita do feijão da praia. Nos quintais colheita da tangerina, inga, puruí, caju, cana de açúcar e andiroba.

Eventos:

- Final do Campeonato Rural de Futebol.
- Comemoração do dia das mães. Festejo de Nossa Senhora de Fátima na Terra Preta.
- Jogos estudantis nos polos do TUC do Rio Manicoré e na Terra Indígena Rio Manicoré.

JUNHO

O rio Manicoré está secando. Acesso mais difícil, pois os furos estão secos, os lagos fechando. O canal do rio ainda é navegável por barco grande. Na região de cachoeiras a passagem das canoas se faz por terra, arrastando-as pelo caminho para chegar do outro lado (junho a agosto). Momento em que o rio fica farto de peixes. Chuva variada, passa semana ou até 15 dias sem chover. Tempo quente. “chuva de molhar besta”. Friagem é no máximo de 3 dias. De dia quente e as noites mais frias. Época que vão para a roça cedo e voltam cedo. Não conseguem ficar muito tempo por conta do calor. Antigamente ficavam até as 14h, hoje ficam até às 9h no trabalho da roça.

Mês farto de peixes. Os peixes estão gordos. Tem toda qualidade de peixe, sendo que branquinha e curimatã são mais abundantes. Também pescam matrinxã, tucunaré, jaraqui, aracu, pacu, traíra, pirarara, filhote, piranambu, piranha, pescada, mapará, sardinha, surubim, peixe cachorro e jacundá. Pescam com malhadeira, flecha, arpão, caniço, curicó, linhada, pindau, cramuri e zagaia facheando. Pesca mais de dia. Época boa para comercializar na cidade.

A mata está muito seca. Os poços estão secos, têm muitas folhas caindo, os animais vão beber água nas beiras do rio e dos igarapés. Tem açaí da mata. Na região das cachoeiras o açaí está verde. Tiram madeira na mata para fazer canoas (itaúba e louro gamela) e casas (copaibeira, cedro, angelim, piranheira, maparajuba e buiuçuzeiro). Ainda tem buriti nas baixas. Muito carapanã e mosquitos. Nas cachoeiras é época dos piuns (junho a agosto). Muitos escorpiões, cobras, formigas taócas e aranhas.

Mês da paca. Caçam acima das cachoeiras porco, paca, anta, cotia, mutum, macaco prego, macaco quatá, arara vermelha, arara amarela, periquito, papagaio, cujubim e macaco barrigudo. Levam 15 dias, considerando 3 a 4 dias para chegarem nas cachoeiras, onde vão caçar. Usam sal para conservar as caças. Próximo às comunidades caçam porco, cotia, paca e tatu. Onças pintadas estão com filhotes. Armam arapucas para pegar inambu, saracura e juruti. Os caçadores atuam debaixo das fruteiras, poços, saleiros e na beira do rio. Um prato típico da época é a paca na castanha.

Estão fazendo a roçagem e derrubadas, roçando as capoeiras. Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca das roças velhas para consumo e venda, em menor quantidade. Roçando as capoeirinhas e colhendo nelas o feijão da praia, banana, maxixe e macaxeira. Com o roçado pronto, esperam o sol para poder queimar. Nos quintais criação de porcos, galinhas e patos e colheita de bacaba, caju e abacaxi. Caju e abacaxi são safras importantes para a região arenosa do Lago dos Remédios.

Eventos;

- Festejo de Santo Antônio na Comunidade Boa Fé (13/06).
- Festejo de São Pedro na Comunidade de São Pedro dos Cardosos (29/06).
- Festejo de São João na Comunidade Esperança (24/06).

JULHO

O rio Manicoré está bastante seco, aparece muito maruim nas praias. Tem muita invasão de madeireiros, pescadores e caçadores de fora. Os tracajás estão desovando nas praias. Em Mocambo, a água azul do igarapé está chegando próxima da comunidade. De noite está frio e de dia está quente. Período de fumaça de queimadas muito intensa. As praias estão de fora. A água está bastante quente, quando tomam banho a pele fica ressecada, dá dor de cabeça. Tiram ovos de jacaré.

Época de muitas qualidades de peixes, pacu, curimatã, sardinha, branquinha, tucunaré, traíra, jaraqui, jatuarana, matrinxã, cará, caparari, mandi, piranha, surubim, pirarucu (mais difícil), acari e cará roxo. Pescam mais para consumo. Cardumes começam a descer. Pescam facheando com zagaia, groseira, malhadeira, cipó timbó, currico, pindau, caniço e linha.

A mata está muito seca e com muitas folhas no chão. O tucumã e outras árvores estão florescendo. Retirada de madeiras para casas. Final da safra do buriti e do açaí. Extraindo óleo de copaíba. Castanha está com fruto novo. Muito carapanã na mata. Cuidado com as queimadas nessa época, necessidade de fazer aceiros (julho e agosto).

Mês de acasalamento do veado. Época de caçar paca, cutia, tatu, porco, anta, mutum e macaco. Em noite escura é bom para caçar anta e paca. Caçam nas saleiras, nas beiras dos igarapés e do rio. Caçam com cachorros nas capoeiras e matas. Final do mês da paca. Época do bicho do caroço.

Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca para consumo e venda. Estão fazendo a roçagem. Encoivarando os roçados. Queimando os roçados. Colhendo mandioca, acará (roxo, branco e branco-roxo), cará inhame, cana de açúcar e bananas. Colhendo caju nos quintais. Final da colheita do feijão da praia.

Geralmente não plantam porque está no meio da estiagem. O preço da farinha de mandioca oscila muito. Nos quintais tem caju, ingá e café.

Eventos:

- Futebol nas comunidades, sábado e domingo.
- Festejo de São Pedro na Comunidade Estirão.
- Festas juninas nas escolas das comunidades.

AGOSTO

O rio Manicoré está secando e muito quente. Tempo quente durante o dia e frio à noite. Pouca chuva. Temporais de São Lourenço, em 10/08, Santa Maria, em 15/08, Bartolomeu, em 24/08 e São Raimundo, em 31/08, causam variações temporárias no nível do rio e igarapés. As pessoas contam nos dedos a chegada desses temporais. As praias estão maravilhosas, principalmente nas cachoeiras. Junho a agosto tem entrada de turistas nas cachoeiras. Época de desova do tracajá nas praias das cachoeiras e nas praias do Rio Manicoré.

Bom de peixes (não em todas as comunidades), está seco e os peixes não se escondem tanto. Pescam nos poços d'água tamatá, jiju, traíra, jandiá, cará, acari, poraquê e jacaré. Pescam no rio tucunaré, traíra, jaraqui, peixe liso, pacu, sardinha, matrinxã. Depois que a Lua assentar vão fachear. Pescam bagres e acari nos ocos dos paus.

A mata está muito seca, solo seco, e muito silêncio. Animais ficam ariscos. Árvores sem flores, com galhos secos e sem frutos. Florada do açaí e da bacaba. Extração de óleo de copaíba.

A caça na mata está difícil por causa da seca. Caçam mais de armadilhas tatu e paca. Caçam com espingarda de dia a cotia e inambu, sururina, mutum, jacu e jacamim, que se alimentam

de insetos, minhocas, entre outros, na beira do rio. Caçam, com baladeira, tanguri, curica e beija-flor. Colocam castanha para atrair cotia.

Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca para consumo e venda. Fazendo roças nas capoeiras. Algumas comunidades estão queimando e coivarando o roçado. Plantação de mandioca, macaxeira, cana de açúcar, abacaxi, acará, bananas, batata doce, cebolinha de cabeça, pimenta de cheiro e jerimum. Tirando maniva e lenhas. Colhendo melancia nas capoeirinhas.

Eventos:

- Festa da mandioca na Comunidade Parintintins (segundo sábado do mês).
- Festa do mel na comunidade Esperança (último sábado do mês).
- Comemoração do dia dos pais.

SETEMBRO

O rio Manicoré pode estar seco, com possíveis repiquetes de cheia no final do mês. Tempo quente. Muito fumaça de queimadas. Rio e igarapés estão muito secos. Transporte por canoa e rabeta, com necessidade de arrastar as canoas. Impacto na frequência escolar. Pouca navegação no rio, sendo que em seca extrema os recreios param de circular.

Ruim para pesca, apenas peixes pequenos. Pescam na beira do rio: jaraqui, charuto, tucunaré, filhote, pacu, sardinha e aracu. Pescam nos bamburrais de igarapés: acari, traíra, jacaré, jandiá e bagre. Pescam de malhadeira, caniço, tarrafa, linha e zagaia facheando. Tucunaré começa a ovar. Pescam com varão nos sulapos (onde os peixes se escondem) na beira do rio e dos igarapés. Algumas famílias em algumas comunidades comem enlatados nessa época.

A mata está seca, folhas não estão caindo, estão crescendo as folhas novas. O solo está quente e seco. Algumas chuvas fortes (15 ou 16 de setembro). Grilos e cigarras estão na mata. Tempo de tirar madeiras para fazer canoas e casas.

Caçam cotia, tatu, paca, veado, mutum, anta, cotia e porco. Caçam de cachorro, de armadilha e de espingarda. Mutum se alimenta de bacaba e grilos. Cotia se alimenta de mandioca e castanha.

Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca para consumo e venda. Plantio dos roçados com mandioca, macaxeira, acará, cana de açúcar, bananas, abóbora e maxixe. Colhendo tucumã das capoeiras. Quintais estão na estiagem do verão. Algumas comunidades estão queimando e coivarando o roçado.

Eventos:

- Futebol nas comunidades sábado e domingo.
- Festejo de São Francisco na Comunidade Barro Alto (25/09 a 04/10).

OUTUBRO

O rio Manicoré está muito baixo, está no seu nível mais baixo. A navegação segue difícil no rio. No final de outubro, ocorrem repiquetes para encher. Verão de São Martim. Pararam os recreios por conta da seca. Tempo chuvoso e bastante quente. Muito fumaça devido às queimadas, exigindo a atenção redobrada na condução das embarcações. Problemas respiratórios. Final do verão.

Período de escassez de peixes no Rio Manicoré. Muito seco, os peixes procuram as partes mais fundas para se esconderem. Pescam de malhadeira, arpão, caniço e tarrafa. A mortandade de peixes é grande. Alguns Peixeiros usam redes e geram grande desperdício (Ex.: de 300 kg, tiram 100 kg e o resto são

peixes pequenos que são desperdiçados).

A mata está menos seca. Não tem água nos igarapés. Muitas folhas no chão. Difícil para caça. Começa florescer o abiu da mata. Castanheiras estão florindo (outubro a dezembro) e a queda do ouriço é de outubro a março.

Mês ruim de caça, quando as comunidades comem mais as criações e alimentos comprados na cidade. Caçam tatu, porco, mutum, cotia, caititu, queixada e veado.

Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca da roça velha, para consumo e venda. Encoivarando e limpando roças. Colhendo mandioca. Final da época de melancia. Acontecem puxirums grandes para o plantio da roça, com muita comida e merenda. Nos quintais estão colhendo caju e manga.

Eventos:

- Festejo de Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Paraíso (12/10).
- Comemoração do dia das crianças. Eleições (de dois em dois anos).
- Aniversário da fundação da CAARIM (02/10).

NOVEMBRO

O rio Manicoré começa a encher. O tempo começa a ficar chuvoso e menos quente que outubro. Dificuldade na navegação. A água do rio fica mais clara. Início do inverno.

Em 15 de novembro começa o período de defeso. Difícil pegar peixe porque a água está subindo. Começam a ovar e descem para o encontro das águas do Rio Manicoré e Rio Madeira. Pescam facheando. Pescam em pouca quantidade pacu, matrinxã, piranha, aracu, branquinha, charuto, arari, tucunaré, jaraqui,

piranha, sauna.

A mata está mais úmida. Açaizal crescendo. Muito carapanã. Extração de castanha, tucumã, uxi, bacaba e patauá.

Caçam tatu, cotia, caititu, mutum, anta, veado, jacu. Caçam mais cotia e caititu. Caçam com cachorros na mata, quando vão ver se as castanhas começaram a cair, na beira do rio e atravessando o rio.

Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca. Algumas comunidades finalizaram os roçados. As manivas em crescimento, as folhas das bananeiras estão abrindo e os acarás estão brotando. Colheita do tucumã. Capoeiras estão mais molhadas e com solo mais úmido. Nos quintais estão colhendo pupunha, biribá, cebolinha, limão, pimenta cheirosa, mamão, maxixe e azeitona.

Eventos:

- Dia de todos os Santos (01/11).
- Dia dos finados (02/11).

DEZEMBRO

O rio Manicoré está enchendo e a água está começando a esfriar. Ocorrem repiquetes. Muitas folhas caindo, a água do rio fica "suja" com folhas, galhos e sementes. Época de chuvas fortes esporádicas. Capim na beira do rio e igarapés ficam bem verdes, aracu come. Araçás em floração, que é sinal de enchente. Doenças com a mudança do tempo como gripes e a água "suja", que pode provocar vômito, diarreia e febre. Melhora a navegação. Tempo mais fresco.

Ruim por causa da enchente. Pescam peixes pequenos na beira do rio e nos igarapés com malhadeira fina e anzol, fazem um círculo com a malhadeira para pegar os peixes pequenos.

Fazem cacuri e pegam jiju, traíra e cará. Peixes descem o rio para desovarem. Pescam jaraqui, pescada, matrinxã, tucunaré, pacu, aracu, cará e charuto.

A mata está mais úmida e mais encharcada. Extração da castanha e tucumã. Porcos e queixadas procuram os poços para beberem água e se lavarem.

Caçam mutum, jacamim, queixada, veado, tatu e paca. Caçam com cachorros as cotias. Veados estão com filhotes. Caçam nas capoeiras e saleiras. Animais comem castanha, pé de jabuti e pau podre.

Produção de farinha, tucupi, beiju e tapioca. Manivas em fase de crescimento. Algumas comunidades replantam as roças velhas e as capinam. Limpeza dos quintais. Colhendo nos quintais e capoeiras açaí, tucumã, ingá e bacaba.

Eventos:

- Festejo de Nossa Senhora da Conceição na Comunidade Esperança, (08/12).
- Finalização do ano letivo.
- Formaturas nos polos do TUC Rio Manicoré.
- Natal
- Virada do ano.

ACORDO DE PESCA

A crescente ameaça que representa o acesso descontrolado às áreas de pesca do rio Manicoré, especialmente em um contexto em que a atividade pesqueira local depende de espécies migratórias motivou as comunidades locais a demandarem a construção de um acordo de pesca.

O Acordo de Pesca é um instrumento de gestão de territórios aquáticos públicos e de uso compartilhado que permite que comunidades, órgãos públicos e organizações da sociedade civil estabeleçam regras específicas para garantir o acesso e uso sustentável aos recursos pesqueiros, prevenir e gerir conflitos e valorizar práticas tradicionais para garantia de alimento e de manejo para fins econômicos. O acordo pode regulamentar os períodos de pesca, delimitar áreas de uso e estabelecer mecanismos de monitoramento, promovendo o ordenamento e a conservação dos ambientes aquáticos da região.

Após uma série de oficinas, encontros e reuniões no intuito de construir um acordo de pesca, no dia 12 de julho de 2025 aconteceu a Assembleia Geral na comunidade Esperança, que marcou um importante avanço para a governança participativa e o manejo sustentável dos territórios aquáticos do Rio Manicoré. O evento reuniu aproximadamente 150 pessoas, representantes de 14 comunidades, associações locais, Prefeitura e da Câmara Municipal de Manicoré, Colônia de Pescadores e consolidou o processo iniciado pela Central das Associações Agroextrativistas do Rio Manicoré (CAARIM), com apoio técnico da WCS Brasil e de organizações parceiras.

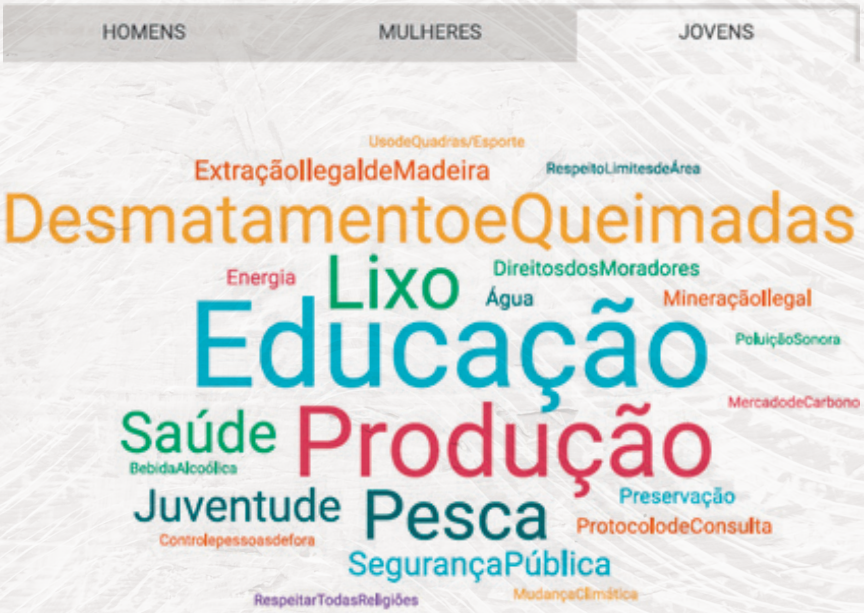
O Acordo surge como resposta direta à crescente pressão sobre os recursos pesqueiros da região, especialmente em razão do acesso desordenado às áreas de pesca e da vulnerabilidade de espécies migratórias. Durante a Assembleia, foram discutidas e consolidadas regras voltadas ao ordenamento da atividade pesqueira, incluindo zoneamento dos ambientes aquáticos, categorização de áreas de uso, definição de períodos de pesca e estratégias de monitoramento participativo. A formalização do acordo representa não apenas um avanço na proteção da biodiversidade local, mas também uma estratégia para a segurança alimentar e para fortalecer os meios de vida das famílias que dependem da pesca.

Esse instrumento será incorporado ao Plano de Gestão do TUC do Rio Manicoré como anexo, tão logo seja publicada a Instrução Normativa que o oficializa. A experiência reforça o papel estratégico dos Acordos de Pesca no fortalecimento da autonomia comunitária e na construção de arranjos institucionais que valorizam os conhecimentos tradicionais e a corresponsabilidade entre comunidades, Estado e sociedade civil na conservação dos Territórios de Uso Comum.

PROGRAMAS E PROJETOS QUE QUEREMOS

Em fevereiro de 2025 a CAARIM e parceiros realizou nove oficinas envolvendo representantes de 12 comunidades do rio Manicoré: Maloca, Boa Fé, Coroá, Três Estrelas, São Pedro dos Cardosos, Paraíso, Mocambo, Barro Alto, Lago dos Remédios, Parirá, Esperança e Estirão. Considerando a equipe técnica, 218 pessoas participaram do exercício, sendo 111 mulheres e 107 homens. Na ocasião foram debatidas e registradas as preocupações, propostas de projetos e sonhos de futuro atual das famílias do TUC do rio Manicoré. Antes disso, em setembro de 2024, a CAARIM já havia dado início às discussões sobre os projetos demandados durante sua 1ª Oficina do Plano de Gestão. O rico material produzido nestas reuniões comunitárias foi sistematizado e disponibilizado na OPP de Barro Alto, onde as lideranças de comunidades participantes (Barro Alto, Boa Fé, Esperança, Lago dos Remédios, Mocambo, Terra Preta e Aldeia Garrote) fizeram uma triagem e organizaram as propostas nos conjuntos de temas apresentados na sequência.

Uma síntese das preocupações, propostas de projetos e sonhos de futuro das famílias do TUC-RM está apresentada nas **Nuvens de Palavras** que seguem abaixo. Elas refletem as diferentes visões dos grupos de trabalho, os quais foram divididos por gênero e geração (homens, mulheres e jovens) durante as oficinas.



Figuras: Nuvens de Palavras geradas a partir de reuniões em 12 comunidades do TUC do Rio Manicoré (com participação de 111 mulheres e 107 homens) expressando as principais preocupações, propostas de projetos e sonhos de futuro atual das famílias. O tamanho e posição da palavra-chave na nuvem indica a importância que o tema alcançou nas opiniões dos participantes (número de vezes que o tema se repetiu).

Durante a VI Assembleia Geral da CAARIM, que foi dedicada ao Plano de Gestão do TUC, em junho de 2025, as lideranças presentes puderam realizar pequenas revisões finais na redação e votar em 04 propostas consideradas prioritárias por cada participante da assembleia.

Os programas e projetos na sequência constituem o primeiro conjunto amplo e sistemático de objetivos específicos que conformam uma pauta prioritária e estratégica a ser perseguida pela CAARIM nos próximos anos. Eles poderão ser parte importante das dinâmicas de interação das organizações e comunidades do rio Manicoré com o poder público e com parceiros da sociedade civil que formam uma rede de apoio à consolidação do bem-viver no TUC-RM.

1. PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS BÁSICOS – TOTAL 99 VOTOS

EDUCAÇÃO – TOTAL 34 VOTOS

- Realizar um diagnóstico aprofundado da educação atual do TUC do rio Manicoré.
- Construir um projeto educacional apropriado para a região.
- Realizar cursos profissionalizantes para mulheres (temas como informática, corte e costura, culinária, desenho e artesanato).
- Buscar recursos e parcerias para melhorar a infraestrutura das escolas: quadra de esportes coberta, internet, construção de banheiros, abastecimento de água e reformas em geral.
- Buscar convênios para disponibilizar a universidade dentro do TUC para formar profissionais no próprio território (ex.: Agroecologia, Educação, Saúde, Turismo e Administração de Negócios).

SAÚDE – TOTAL 22 VOTOS

- Buscar solução para o problema de transporte da saúde (lancha 60HP, resgate rápido).
- Buscar melhorias no atendimento à saúde das comunidades (postos de saúde, agentes de saúde, enfermeiros, transporte, capacitação técnica e local de recuperação dos doentes em tratamento na cidade).
- Implementar projetos de saúde mental e física para idosos, mulheres e crianças (olhar específico para hiperativos, autistas, disléxicos).
- Promover o fortalecimento da medicina tradicional das comunidades do rio Manicoré.

ÁGUA E SANEAMENTO – TOTAL 21 VOTOS

- Instalar poço artesiano e sistema de distribuição de água em todas as comunidades.
- Testar e difundir outras formas de tratamento de água, além do hipoclorito.
- Implantar um projeto de banheiros com sistema de tratamento dos efluentes em todas as comunidades.
- Lixo – Promover iniciativas de descarte correto de resíduos sólidos nas comunidades do rio Manicoré, incluindo campanha de recolhimento e destinação correta de pilhas e baterias.

SEGURANÇA – TOTAL 6 VOTOS

- Mobilizar e discutir a reivindicação de posto policial no rio Manicoré.

JUVENTUDE – TOTAL 10 VOTOS

- Promover o fortalecimento do Coletivo Jovens do Beiradão.
- Disponibilizar incentivos para os jovens cursarem Universidades (orientação, cursos preparatórios e bolsas).
- Promover cursos profissionalizantes para os jovens (informática, agricultura, área ambiental, turismo, inglês, mídias sociais).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – TOTAL 6 VOTOS

- Levantamento da situação no entorno do Ramal do Barro Alto e reintegração de posse ao TUC.
- Equiparação dos beneficiários ao Programa Nacional de Reforma Agrária e acesso a créditos de fomento para produção e crédito habitação.

2. PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA – TOTAL 24 VOTOS

MORADIAS E INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA

- Buscar fomento para construção e reforma das residências com atenção especial para uso de técnicas e materiais confortáveis (diante do aumento de eventos climáticos extremos).

MOBILIDADE E TRANSPORTE – TOTAL 3 VOTOS

- Viabilizar a abertura de uma estrada local até a margem do rio para escoamento de produtos e acesso dos alunos à escola no período de estiagem (igarapé do Mocambo e Três Estrelas).

COMUNICAÇÃO – TOTAL 1 VOTO

- Acompanhar e apoiar a implantação de internet nas comunidades através do projeto Conexão Povos da Floresta.

ENERGIA – TOTAL 20 VOTOS

- Realizar a limpeza do linhão de energia elétrica e buscar melhorias da qualidade do sistema diante da instabilidade do fornecimento.
- Implementar projeto de energia solar de qualidade para o TUC do rio Manicoré.

3. PROGRAMA DE SOCIOBIOECONOMIA – TOTAL 18 VOTOS

ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E COMERCIALIZAÇÃO – TOTAL 7 VOTOS

- Criar uma cooperativa para negociar preços melhores: peixe, produtos da roça e do extrativismo.
- Criar uma cooperativa das mulheres do rio Manicoré.
- Criar uma rede de coletores de sementes para comercialização nos projetos de restauração.
- Organizar as associações e comunidades para a venda de produção aos programas governamentais de compra de alimentos (PNAE/merenda escolar e PAA).
- Adquirir uma embarcação para a CAARIM para servir de apoio ao escoamento e comercialização da produção.
- Buscar fontes viáveis para financiamento dos produtores e produtoras do Rio Manicoré.
- Criar uma marca própria para os produtos do rio Manicoré.
- Implantar projeto de incentivo à diversidade de produtos, beneficiamento e melhor escoamento da produção (farinha, banana, tucumã, açaí, tapioca, castanha, bacaba, cacau, café, mel, macaxeira, andiroba, copaíba, borracha nativa).
- Discutir estratégias para diminuir o assédio e aproveitar eventuais oportunidades do mercado de carbono e compensação pelos serviços ambientais prestados pelas florestas protegidas do TUC-RM.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA – TOTAL 6 VOTOS

- Criar oportunidade de formação para os jovens prestarem assistência técnica (oportunidade de trabalho, abertura de vagas remuneradas).
- Assistência técnica para escrever projetos.
- Promover capacitação para lidar com pragas e doenças.
- Açaí, Castanha, Tucumã, Borracha
- Implantar projeto de produção e comercialização de açaí do Rio Manicoré.

ROÇAS E QUINTAIS (FARINHAS E FRUTAS CULTIVADAS) – TOTAL 2 VOTOS

- Instalar casas de farinha mecanizadas.
- Implantar projeto de melhorias na produção e comercialização da farinha (mecanização, melhoria da qualidade, escoamento, comercialização com melhor valor de mercado).
- Criar incentivos a culturas perenes e frutas (cacau, café, açaí, tucumã, agroflorestas).

CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS (GALINHA CAIPIRA, PISCICULTURA, ABELHAS) – TOTAL 2 VOTOS

- Implantar projeto de apoio à criação de pequenos animais como galinha, peixes, porco e abelhas nativas. (2)

TURISMO E ARTESANATO – TOTAL 1 VOTO

- Apoiar as comunidades para se converterem em referência do turismo de base comunitária na região.
- Implementar projetos de interesse específico das mulheres (como projetos de coleta de sementes e produção de artesanato).

4. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO – TOTAL 14 VOTOS

MONITORAMENTO

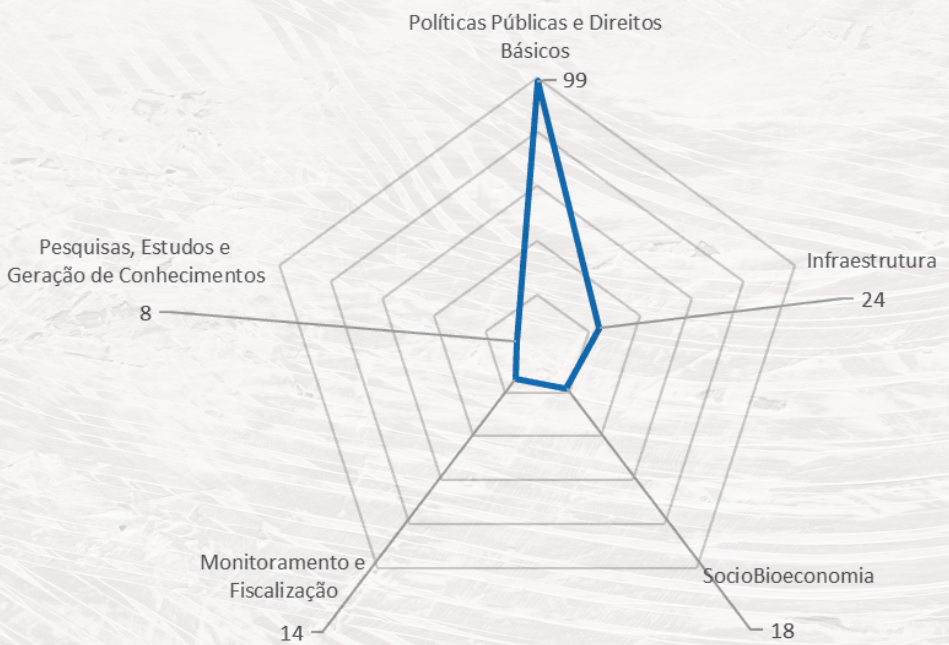
- Realizar ações de monitoramento com participação dos jovens.

FISCALIZAÇÃO – TOTAL 14 VOTOS

- Realizar ações preventivas à invasão em locais estratégicos
- (Furo do Moreira, próximo à comunidade do Bonfim; Boca do Rio Manicoré).
- Realizar o monitoramento frequente via drone frequente a partir de treinamento de agentes locais.
- Fluxo, definir um protocolo a partir de parceria com os órgãos de fiscalização para encaminhamento formal de denúncias.
- Realizar o monitoramento via Satélite do TUC com ajuda de parceiros e encaminhar as denúncias.
- Mobilizar os órgãos de fiscalização para que estejam presentes sobretudo para coibir a exploração ilegal de madeira.

5. PROGRAMA DE PESQUISAS, ESTUDOS E GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS – TOTAL 8 VOTOS

- Descrição do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Manicoré.
- Mapeamento das áreas de uso/zoneamento tradicional do território.
- Diagnóstico aprofundado da educação atual e construção do projeto educacional do TUC do Rio Manicoré.



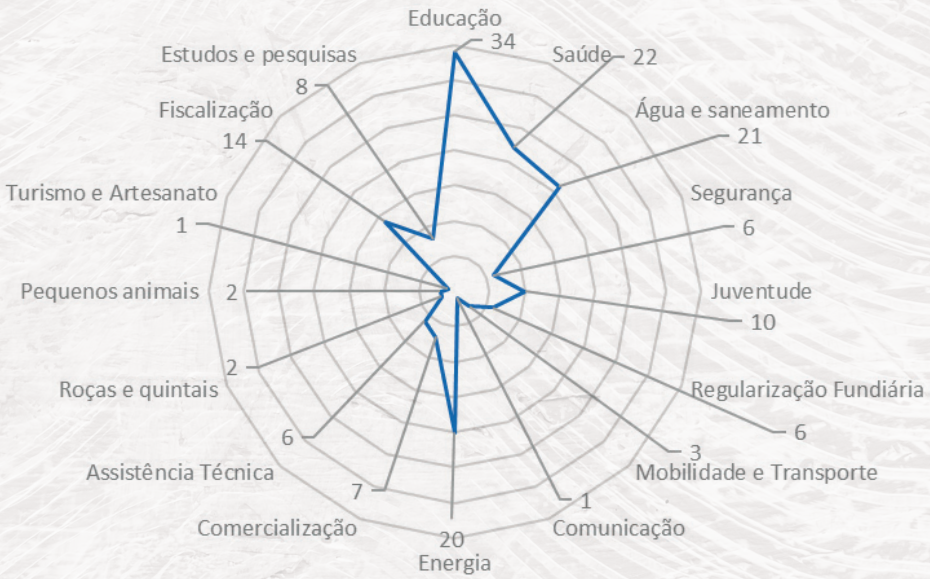
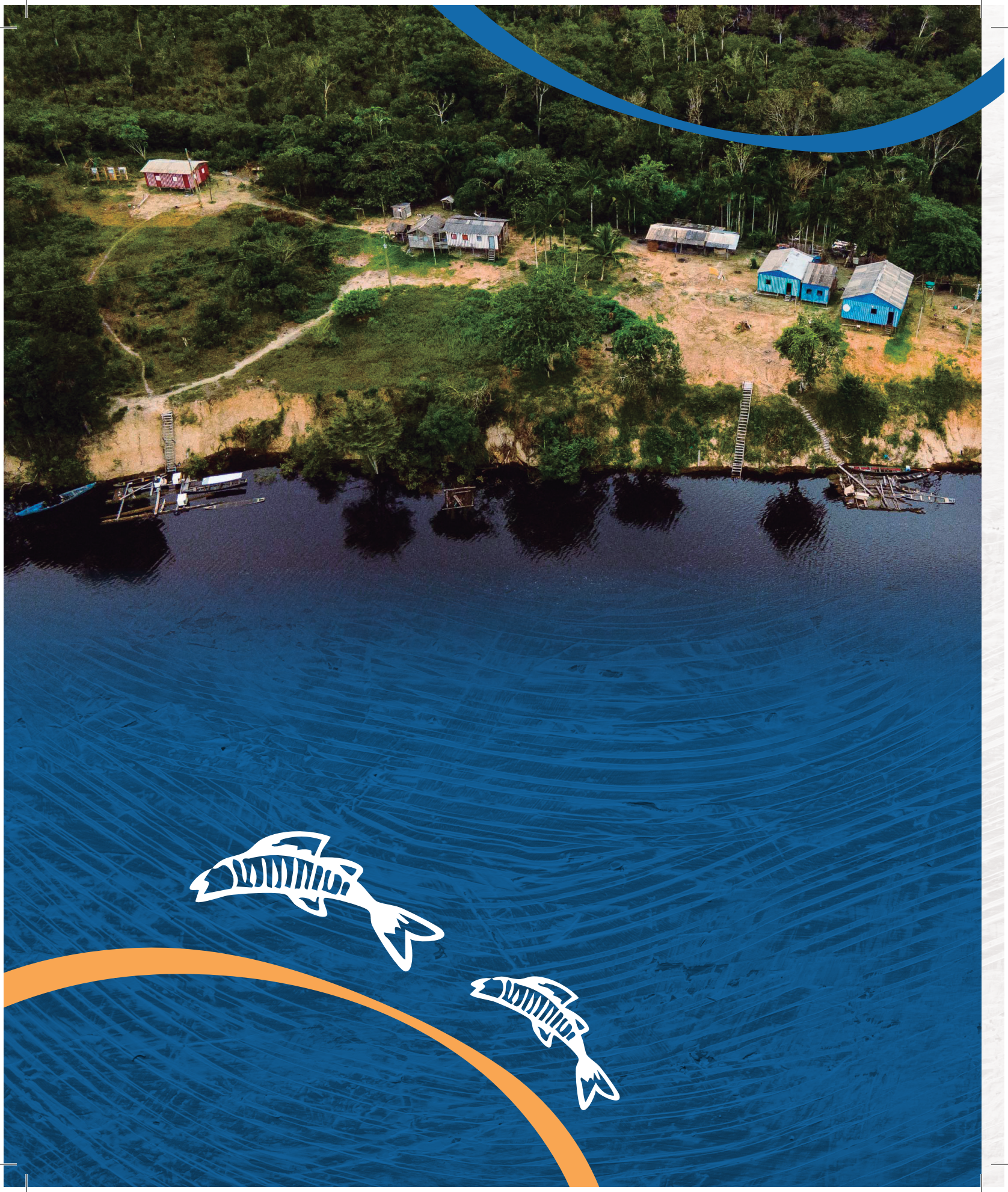
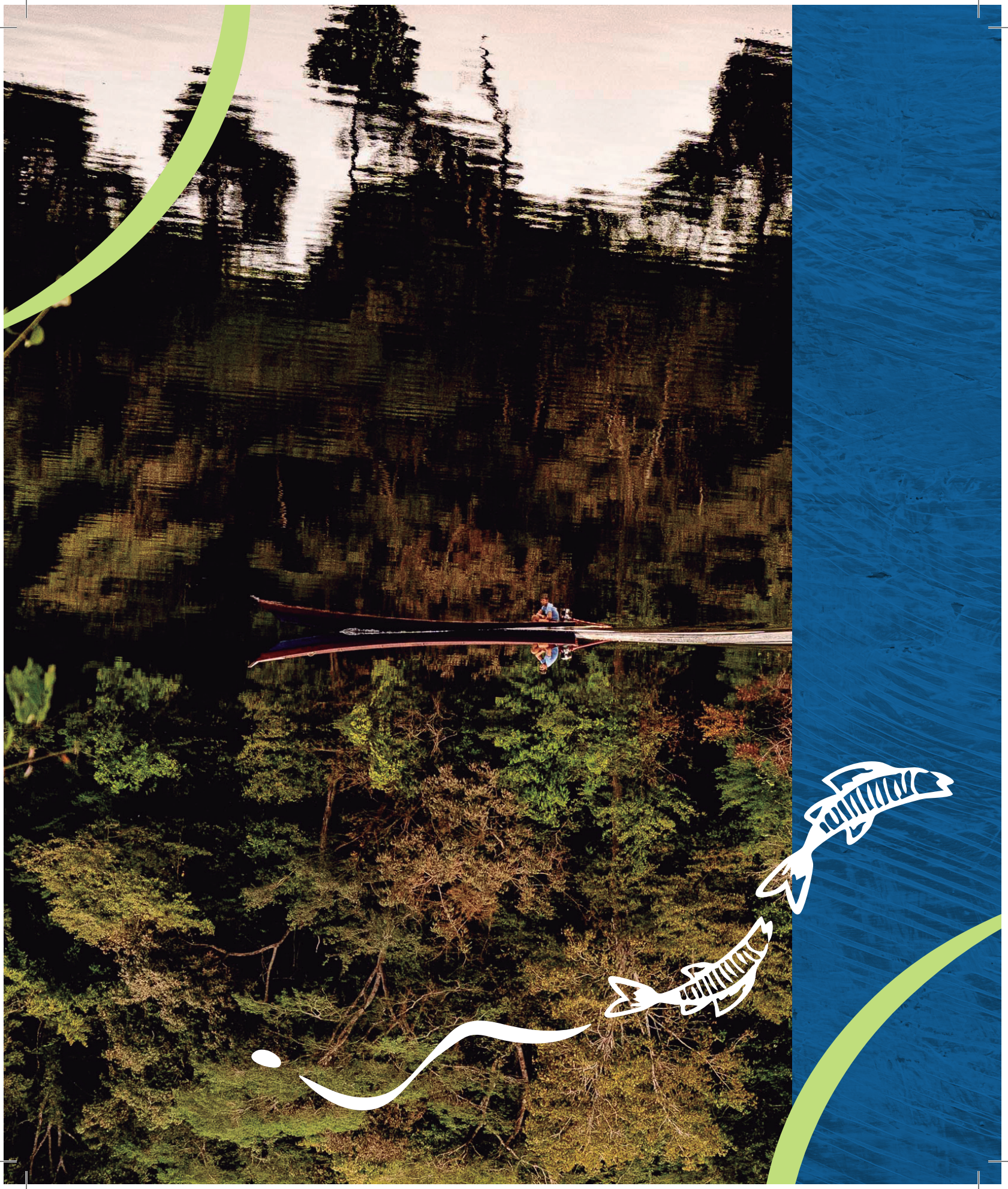


Figura: Síntese de prioridades segundo a Assembleia Geral do TUC-RM em junho de 2025.

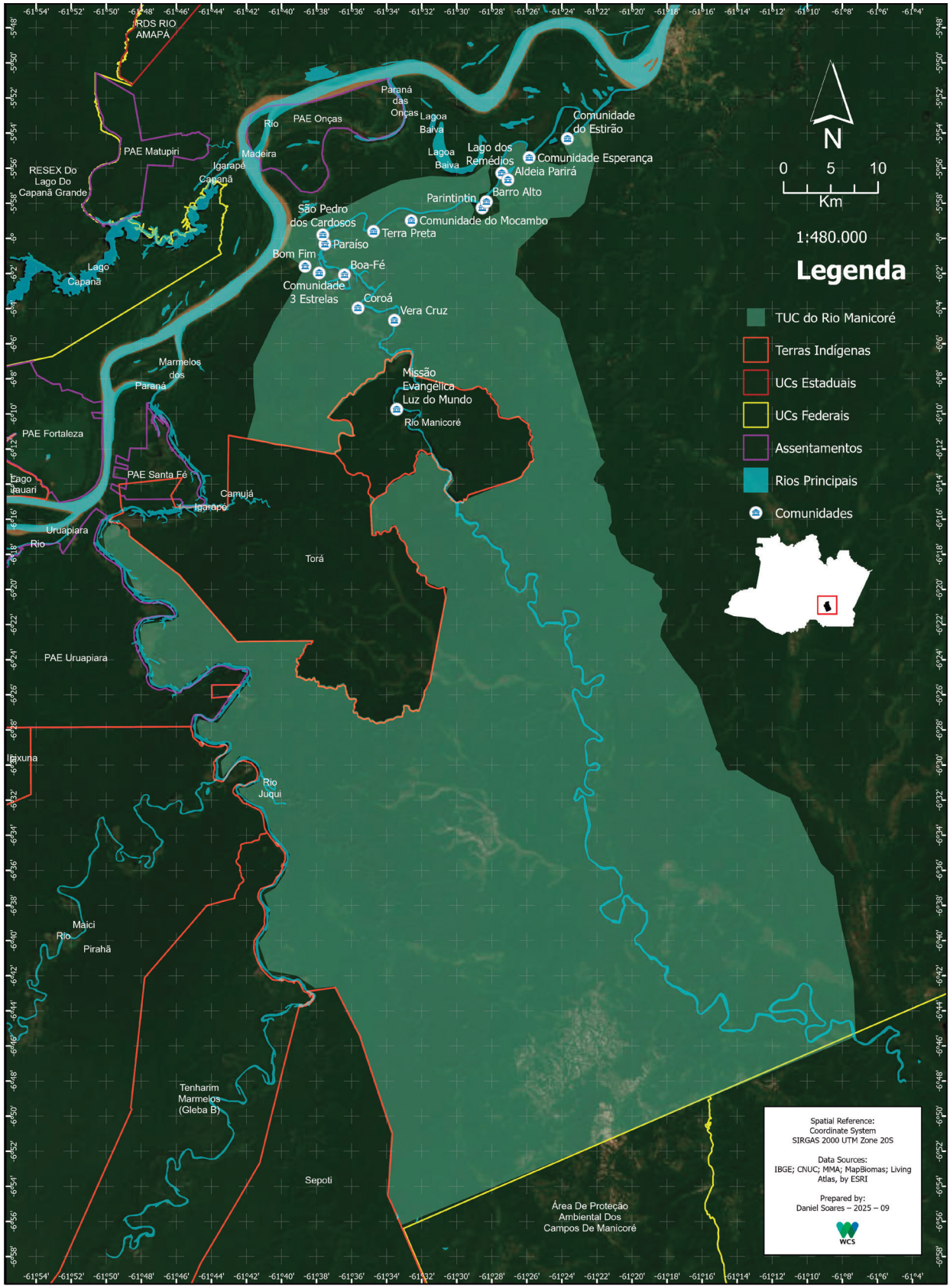


LISTA DE ANEXOS DO PLANO DE GESTÃO DO TUC DO RIO MANICORÉ

- Acordo de Pesca do Rio Manicoré.
- Calendário Agroecológico do Rio Manicoré.
- Cartilha - O que é TUC.
- Decreto No 50941 de 20/12/2024. Amazonas. Estabelece o procedimento para regularização fundiária, através da expedição de Concessões de Direito Real de Uso Coletivas, para formação de territórios de uso comum.
- Diagnóstico Socioeconômico do Rio Manicoré.
- Documento original do CDRU do TUC do rio Manicoré.
- Guia de espécies do Rio Manicoré – Greenpeace.
- Mapa do TUC do Rio Manicoré.
- Protocolo de Consulta do Território do rio Manicoré (TUC) do rio Manicoré e Terra Indígena Rio Manicoré.



TERRITÓRIO DE USO COMUM DO RIO MANICORÉ



Fonte: Daniel Soares

REALIZAÇÃO

CAARIM

APOIO

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE

GORDON AND BETTY MOORE FOUNDATION

The Nature Conservancy Brasil

Lancaster University

GREENPEACE

CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS
C N S

IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

WCS